



Visão Brasil 2030

Sumário Executivo

Agosto de 2014

Índice

I.	PROPÓSITO DO ESTUDO E METODOLOGIA.....	6
II.	UMA VISÃO PARA O BRASIL 2030 – Estabelecer uma estratégia de longo prazo para que o Brasil se torne um país desenvolvido	8
II.1.	Os 5 pilares para um futuro melhor.....	10
III.	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – Aumentar a prosperidade das famílias através de um modelo de crescimento inclusivo e sustentável	11
III.1.	Para nos tornarmos um país efetivamente próspero, precisamos retomar uma agenda de reformas que possibilite o crescimento	11
III.1.1.	Avançamos, porém ainda não somos um país próspero	11
III.1.2.	Nosso modelo de crescimento recente não foi capaz de trazer ganhos significativos de produtividade e competitividade.....	13
III.1.3.	Acreditamos que o país pode dar um salto significativo de crescimento até 2030, mas para isso será necessário realizar reformas substanciais.	14
III.2.	Com essa agenda de crescimento inclusivo e sustentável será possível dobrar o PIB per capita brasileiro e possibilitar a todas as famílias uma renda digna.....	15
III.2.1.	Possibilitar a todos os cidadãos uma renda digna.....	15
III.2.2.	Dobrar a renda per capita do brasileiro	15
III.3.	Para atingir esse objetivo, acreditamos que será necessário focar em algumas iniciativas-chave	15
III.3.1.	Aumentar a taxa de investimentos para 25% do PIB.....	16
III.3.2.	Aumentar a taxa de investimento em infraestrutura para 5-6% do PIB	17
III.3.3.	Conter o crescimento dos gastos públicos correntes em proporção do PIB.....	17
III.3.4.	Reduzir o custo e a dificuldade de fazer negócios no Brasil.....	19
III.3.5.	Reorganizar o sistema tributário	19
III.3.6.	Reconectar o Brasil ao mundo	20
III.3.7.	Rever estratégias de fomento para aumento da produtividade	20
III.3.8.	Reduzir a desigualdade e melhorar as condições de vida da população	21

III.3.9. Assegurar que o crescimento seja sustentável para o planeta.....	21
IV. EDUCAÇÃO – Dar às crianças e jovens o direito de sonhar, promovendo acesso à educação de qualidade a todos	23
IV.1. O Brasil ampliou o acesso à educação significativamente, mas ainda não deu um salto de qualidade	23
IV.2. É hora de dar às crianças e jovens o direito de sonhar a partir de aspirações e propostas centradas no aluno.....	26
IV.2.1. Toda criança plenamente alfabetizada e com formação básica no nível dos 30 melhores sistemas do mundo.....	27
IV.2.2. Todo jovem bem preparado para sonhar e conquistar oportunidades de ascensão social e renda digna.....	27
IV.3. Para atingirmos o sonho da educação de qualidade, será preciso focar em três grandes áreas	27
IV.3.1. Melhorar a experiência de aprendizagem	28
IV.3.2. Garantir um ambiente apropriado para o aprendizado dos alunos	28
IV.3.3. Expandir a instrução para além da escola	29
V. SAÚDE - Dar um salto de qualidade na saúde	30
V.1. Para dar o próximo salto, o Brasil terá que lidar com diferenças regionais, tripla carga de doenças e pouca eficiência do gasto.....	30
V.2. A Visão 2030 deve contemplar saúde ao invés de doença, além de acesso, atendimento digno e maior eficiência do sistema de saúde brasileiro	32
V.2.1. Ser o país mais saudável da América Latina	32
V.2.2. Garantir acesso a tratamentos de qualidade a todos os brasileiros	32
V.2.3. Garantir um atendimento digno de saúde a todos os brasileiros....	32
V.2.4. Buscar eficiência e sustentabilidade nas finanças do Sistema de Saúde	32
V.3. Para proporcionar saúde de qualidade para a população, será preciso enfatizar três pilares	33
V.3.1. Promover a saúde e não apenas tratar a doença	33
V.3.2. Garantir acesso a um sistema de saúde de qualidade.....	33
V.3.3. Investir em gerir bem a saúde	34
VI. SEGURANÇA PÚBLICA - Transformar a realidade de violência epidêmica, garantindo que os brasileiros sintam-se seguros para atingir seu potencial.....	35

VI.1.	Há espaço para uma abordagem sistêmica em Segurança Pública.	35
VI.2.	Sistema de segurança: é preciso aumentar as taxas de elucidação de crimes	35
VI.3.	Sistema de segurança: o sistema carcerário deve passar por uma transformação para reduzir as altas taxas de reincidência.....	36
VI.4.	A ausência de informações de segurança é um tema transversal que afeta o sistema como um todo.....	36
VI.5.	Há espaço para maior integração e coordenação entre agentes de segurança.....	37
VI.6.	Conjuntura: existem oportunidades para aumento da prevenção social à criminalidade, principalmente com foco nos jovens	37
VI.7.	Podemos sonhar com um país mais seguro	38
VI.8.	Somente com um esforço integrado e focado em iniciativas chave, com visão sistêmica, viabilizará o alcance das aspirações de Segurança.....	38
VII.	GOVERNANÇA E GESTÃO – Promover maior eficiência e eficácia do setor público através de iniciativas transformadoras de governança e gestão.....	41
VII.1.	Obtivemos progressos em transparência e gestão, mas há espaço para avanços em macroestratégia, governança e liderança	41
VII.2.	O Brasil precisa construir um norte estratégico.....	42
VII.3.	Divisão mais clara de papéis e responsabilidades é fator-chave para governança.....	43
VII.4.	Liderança / gente deve ter ajustes processuais e estruturais para permitir uma transformação no funcionalismo.....	44
VII.5.	Bons modelos de gestão existem e podem ser mais difundidos; revisão de vinculações poderia dar mais autonomia a gestores.....	44
VII.6.	Sistemas com foco na entrega podem integrar elementos para “fazer acontecer”	45
VII.7.	Podemos sonhar com uma transformação na Governança e Gestão pública	46
VII.8.	Iniciativas nas cinco dimensões de análise de Governança e Gestão são necessárias para gerar a mudança no setor público	46
	VII.8.1. Macro-estratégia e Princípios de atuação.....	47
	VII.8.2. Estrutura de Governança.....	48
	VII.8.3. Liderança / gente.....	48
	VII.8.4. Estrutura de Gestão.....	49
	VII.8.5. Sistema com foco na entrega	49

VIII.	SUSTENTABILIDADE	50
VIII.1.	A estreita relação entre sustentabilidade e competitividade do País	50
VIII.2.	Desenvolvimento econômico sustentável	50
VIII.3.	Investimento sustentável em infraestrutura	52
VIII.3.1.	Energia	52
VIII.3.2.	Transporte	52
VIII.3.3.	Abastecimento de Água.....	52
VIII.3.4.	Saneamento básico	53
VIII.4.	Sustentabilidade e saúde.....	53
VIII.5.	Educação como um pilar para sustentabilidade	53
VIII.6.	Segurança enquanto requisito básico para sustentabilidade.....	54
IX.	PESQUISA COM CIDADÃOS - Entendendo as prioridades e atitudes da sociedade Brasileira	55
IX.1.	Os sete segmentos da população brasileira	56
IX.2.	Conectando os pilares da transformação com a população	58
X.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
X.1.	As principais bandeiras	59
X.1.1.	Desenvolvimento econômico	59
X.1.2.	Educação	60
X.1.3.	Saúde	60
X.1.4.	Segurança Pública	60
X.1.5.	Governança e gestão	61
X.2.	As reformas necessárias	61

I. PROPÓSITO DO ESTUDO E METODOLOGIA

Desde o fim do regime militar, a cada quatro anos a sociedade brasileira volta suas atenções para as campanhas eleitorais presidencial e estadual e para os consequentes debates sobre quais deveriam ser os pontos prioritários para seus governantes.

Embora esse exercício seja indispensável para o nosso modelo democrático, não é difícil perceber que grande parte da discussão é focada em fatores que irão afetar a vida do cidadão no curto e médio prazo, sem que haja o devido debate e discussão de propostas de longo prazo, além dos quatro anos previstos nos mandatos em disputa.

As manifestações de 2013 foram o alerta das ruas, evidenciando a insatisfação da população com a qualidade dos serviços públicos e com a atuação das diversas instâncias do governo.

Ficou claro que existe uma falta de diálogo entre o governo e a sociedade. O Brasil deixou de ser um país subdesenvolvido para ser um país de renda média, que tem novas prioridades. Para endereçar os anseios da sociedade será necessário entender essas novas prioridades, e como os desafios para atendê-las devem ser endereçados. Nos últimos anos o país foi impulsionado por fatores internos e externos que possibilitaram um aumento dos investimentos e despesas que possibilitaram a melhoria em diversas dimensões. Entretanto há evidências que a partir de agora esses fatores não serão mais capazes de impulsionar o país como já impulsionaram. Garantir que as conquistas realizadas até agora sejam de fato sustentáveis será um desafio. Será necessário fazer escolhas.

Esse trabalho busca ajudar nesse processo, criando uma visão para o que o Brasil pode ser em 2030. Acreditamos que o conceito de cidadania vai muito além do voto, e que estabelecer essa visão é uma forma de tornar os cidadãos brasileiros em protagonistas da transformação e do futuro do Brasil.

Nossa proposta é a criação de um sonho para a sociedade, que envolva trabalho e dedicação de governos, empresas, academia, ONGs e, acima de tudo, de cidadãos brasileiros. Esse sonho não teve como objetivo definir políticas públicas ou metas para os próximos governantes, apesar da riqueza do conteúdo possibilitar debates e discussões.

Nossa metodologia para desenho desse sonho parte de um diagnóstico detalhado da situação atual do país, passa pela definição de uma visão integrada, que se desdobra em aspirações específicas por tema, e finalmente traz propostas que podem inspirar a todos sobre alternativas para o país a atingir essas aspirações.

O estudo foi construído em conjunto com 150 brasileiros especialistas em suas áreas e representantes dos setores público, privado e social, que participaram em entrevistas, discussões, oficinas de trabalho e através de revisões formais do presente trabalho, de forma altruísta. A única remuneração foi a possibilidade de participar da construção de um Brasil melhor, mais próspero, mais inclusivo e mais desenvolvido.

O texto a seguir é o sumário de oito relatórios detalhados abordando os temas priorizados: Desenvolvimento Econômico e sustentável, Infraestrutura, Educação, Saúde, Segurança Pública, Governança e Gestão Pública, Sustentabilidade e Engajamento do Cidadão. Esses sete relatórios técnicos foram complementados por uma extensa pesquisa com 2092 cidadãos, distribuídos por mais de 51 cidades, com o objetivo de entender suas prioridades, atitudes e percepções sobre os referidos temas.

A iniciativa não tem vinculação político-partidária, nem influência de setores específicos. Buscamos ouvir acadêmicos, empresários, políticos, pensadores e representantes dos diversos espectros da sociedade, independente de ideologias ou afiliações. É importante notar, entretanto, que partimos de algumas premissas importantes: aceitamos que o Brasil é e deve continuar sendo uma democracia; que a constituição de 1988 deve ser respeitada; que o modelo econômico é o capitalismo de mercado; e por último que o governo tem e continuará tendo uma importância considerável na economia Brasileira, levando em conta as considerações da constituição.

Esse material será disponibilizado para todos os candidatos interessados, e terá ampla divulgação para o público até o término de 2014.

Buscamos basear as conclusões aqui apresentadas em fatos, porém é importante destacar que nem sempre foi possível obter consenso sobre todos os temas. Pela diretriz de construção do trabalho, apresentamos uma coletânea de aspirações e propostas que fazem sentido em conjunto, e não uma visão única e predominante de nenhum grupo em particular.

Nosso objetivo com o seguinte trabalho é municiar os próximos governantes com propostas que os ajudem a tomar as decisões que o país precisa para seguir sua trajetória de desenvolvimento, construindo no caminho uma sociedade mais próspera, desenvolvida, saudável, educada, segura, com igualdade e possibilidade de ascensão social. Em paralelo, também busca gerar mais esclarecimento para nossos cidadãos dos problemas e alternativas para vários temas que os afetam no dia-a-dia, incentivando maior engajamento e cobrança para que os sonhos desenhados aqui estejam mais próximos de sair do papel.

II. UMA VISÃO PARA O BRASIL 2030 – Estabelecer uma estratégia de longo prazo para que o Brasil se torne um país desenvolvido

Nos últimos 20 anos, o Brasil obteve grandes avanços nos campos social e econômico, passando pela abertura comercial, a estabilização econômica, e resultando na ascensão de 36 milhões de pessoas sobre a linha de pobreza, e a queda da taxa de desemprego para cerca de 5%, o menor patamar histórico já atingido.

Nesse contexto, foram especialmente importantes programas de transferência de renda, que proporcionaram um aumento da renda disponível aos mais pobres, reduzindo a taxa de pobreza de 30%, em 1990, para 11% em 2012. Este aumento de renda, por sua vez, levou a um crescimento da demanda por produtos e serviços, impulsionando o mercado interno e contribuindo para a criação de postos de trabalho.

Além disso, outra grande conquista recente foi a ampliação do acesso a serviços públicos básicos, principalmente em educação e saúde. O acesso ao ensino fundamental, por exemplo, foi expandido e atualmente já garante cobertura a 95% das crianças, sendo que o mesmo progresso é esperado para o ensino médio e a pré-escola até 2016. Já no campo da saúde, nos últimos 12 anos o programa Saúde da Família contribuiu para o aumento da cobertura de atenção primária de 9% para 55%.

Entretanto, os avanços recentes estiveram relacionados ao aumento do consumo e dos gastos do governo, impondo altos custos para a sociedade brasileira - entre eles o aumento da carga tributária e a manutenção dos investimentos em baixo patamar. A carga tributária, que já estava entre as mais elevadas do mundo, atingiu 36% do PIB, enquanto o nível de investimentos se manteve em 18%, bem abaixo dos demais países emergentes e também dos países que foram capazes de dar um salto de desenvolvimento em horizontes curtos de tempo.

Se por um lado os avanços obtidos impuseram esses altos custos para a sociedade, por outro não se traduziram integralmente no aumento da prosperidade das famílias brasileiras, o que pode ser observado através de diferentes indicadores, entre os quais o mais representativo é o PIB per capita. O Brasil aparece em 95º lugar no ranking deste indicador, tendo crescido menos do que a média mundial nos últimos 30 anos.

Outro forte indício das limitações de nossas conquistas é o fato de que cerca de um terço dos brasileiros, 72 milhões de pessoas, atualmente recebe benefícios sociais pagos pelo governo. Apesar de a metade dessas pessoas ter cruzado a linha de pobreza para integrar a nova classe média, é de se questionar se essa classe média tem de fato as condições necessárias para continuar ascendendo socialmente de forma digna, ou se se trata apenas de uma nova classe consumidora.

Isso porque a mencionada ampliação do acesso à educação e à saúde ainda não foi acompanhada por aumento na qualidade desses serviços, de forma que os obstáculos à mobilidade social ainda se fazem presentes.

Para agravar esse cenário, alguns dos elementos que impulsionaram o recente crescimento da economia brasileira, como o aumento da população em idade ativa e o amplo acesso a crédito, possivelmente não continuarão contribuindo para o crescimento nos próximos anos como contribuíram nos últimos 20.

Além disso, a produção e prosperidade econômica se baseiam na utilização de recursos naturais finitos e o Brasil tem hoje uma das maiores reservas globais de muitos desses recursos escassos. Porém, não temos uma visão de longo prazo da exploração do capital natural do país que seja sustentável e ao mesmo tempo contribua de forma significativa para a geração de riqueza e melhoria da qualidade de vida da população.

Em suma, apesar dos avanços, o Brasil necessita de uma visão de longo prazo de desenvolvimento sustentável contemplando os aspectos econômico, social e ambiental. Observamos uma tendência mundial de incorporar essa visão sistêmica e integral ao planejamento, tanto por países que identificaram a necessidade de harmonizar diferentes objetivos quanto por empresas líderes que associam uma atuação sustentável a um pilar de competitividade.

Apesar de todos os desafios, acreditamos que é possível buscar um novo caminho de desenvolvimento com um modelo de crescimento inclusivo que permitirá atingir um cenário de real prosperidade para a sociedade brasileira. Porém, esse novo caminho exigirá que a sociedade repense alguns de seus valores e tome difíceis decisões, como:

- Devemos poupar mais para deixar um legado para as futuras gerações?
- Como podemos crescer e redistribuir riquezas ao mesmo tempo?
- Como nos relacionamos com nosso patrimônio natural de forma sustentável?

Para posicionar o Brasil no grupo de países desenvolvidos até 2030 e, a partir do desenvolvimento econômico e social no longo prazo, devolver a todos os cidadãos brasileiros o direito de sonhar e ascender socialmente, será necessário passar por uma série de transformações, das quais acreditamos que os cinco principais pilares sejam: aumentar a prosperidade das famílias através de um modelo de crescimento inclusivo e sustentável, devolver às crianças e jovens o direito de sonhar por meio da educação, dar um salto de qualidade na saúde, transformar a realidade da violência epidêmica, e promover maior eficiência e eficácia do setor público.

II.1. Os 5 pilares para um futuro melhor

Aumentar a prosperidade dos cidadãos através de um modelo de crescimento inclusivo e sustentável

Para possibilitar que todos os cidadãos tenham uma renda digna, devemos buscar dobrar o PIB per capita até 2033. Embora a redistribuição de renda tenha um papel importante no processo de melhoria de qualidade de vida da população, somente redistribuir nossa renda atual não será suficiente.

Além de buscar crescimento, será preciso dar continuidade ao combate à desigualdade social por meio de políticas que permitam uma maior mobilidade social, em detrimento de programas focados exclusivamente em transferência de renda.

Dar às crianças e jovens o direito de sonhar, promovendo acesso à educação de qualidade a todos

Garantir o acesso à educação de qualidade no mesmo nível dos 30 melhores sistemas do mundo, com foco em alfabetização, formação e preparo para o mercado de trabalho.

Dar um salto de qualidade na saúde

Ser o país mais saudável da América Latina, oferecendo atendimento digno a todos os brasileiros a um custo sustentável para o sistema no longo prazo.

Transformar a realidade de violência epidêmica¹, garantindo que os brasileiros sintam-se seguros para atingir seu potencial

Reduzir taxas de homicídios abaixo de 10 ocorrências por 100 mil habitantes e melhorar a percepção de segurança dos brasileiros

Promover melhores resultados no setor público, por meio de iniciativas transformadoras de governança e gestão

Buscar maior eficiência e eficácia no setor público brasileiro e maior envolvimento da população brasileira na governança e gestão pública

¹ Taxas de homicídios acima de 10 ocorrências por 100.000 habitantes são chamadas de “violência epidêmica” (recomendação ONU)

III. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – Aumentar a prosperidade das famílias através de um modelo de crescimento inclusivo e sustentável

III.1. Para nos tornarmos um país efetivamente próspero, precisamos retomar uma agenda de reformas que possibilite o crescimento

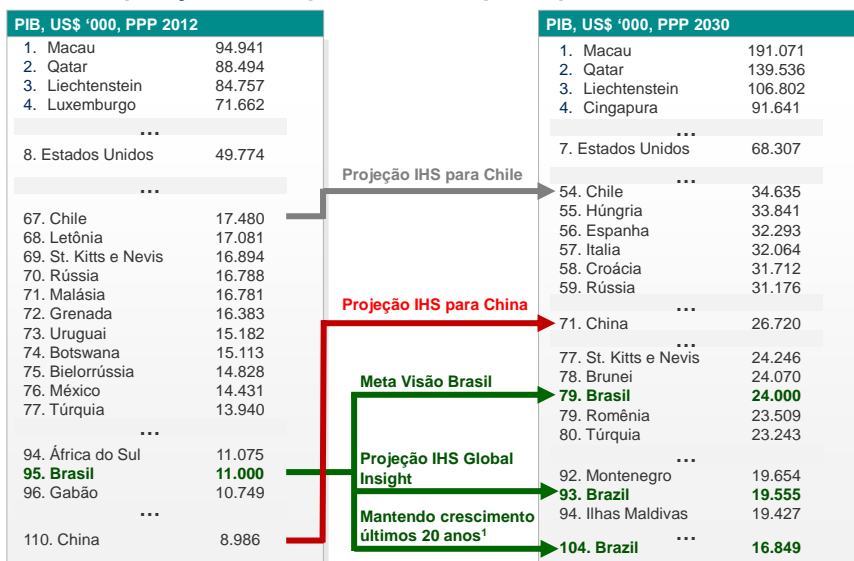
III.1.1. Avançamos, porém ainda não somos um país próspero

Como já mencionamos anteriormente, o Brasil teve grandes avanços nos campos do desenvolvimento econômico e social nos últimos 20 anos. O início da abertura da economia na era Collor, a estabilização da inflação com o Plano Real, em 1994, a estabilização do câmbio e a redução da pobreza são exemplos claros desse avanço. Houve uma redução da pobreza de 30% da população, em 1990, para 11% em 2011; a desigualdade também foi reduzida, medida pelo índice de GINI, passando de 0,61 em 1994 para 0,52; e somos hoje a 7ª maior economia do mundo, segundo o Banco Mundial.

No entanto, o PIB per capita brasileiro ainda é muito baixo (US\$ 11,8 mil), o que nos coloca na 95ª posição em lista com 180 países.

Quadro 1 – Ranking de PIB per capita em 2012 e projeção para 2030

O Brasil está na posição 95ª no ranking de PIB per Capita, e poderá ganhar cerca de 20 posições se duplicar seu PIB per capita até 2030



1 Crescimento do PIB: CAGR de 3,2% (1992-2012)
 FONTE: IHS Global Insight, Análise do Time

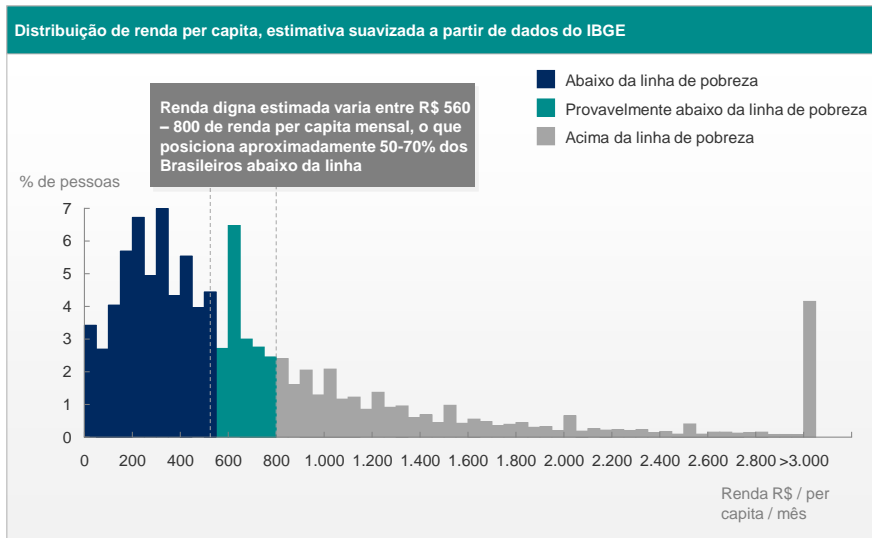
Além disso, desde a década de 80 o país vem crescendo significativamente menos do que a média mundial e os demais países emergentes (0,8% na década de 90 e 2% nos anos 2000, enquanto a média dos emergentes² foi de 2,5% e 5,1%, respectivamente).

Apesar de o país ter sido capaz de repartir melhor sua riqueza, como consequência do baixo crescimento, tem uma riqueza limitada para repartir. Nossas análises indicam que, para possibilitar uma renda efetivamente digna para todas as famílias brasileiras, sem crescimento, teríamos de ter índices de distribuição de riqueza próximos da Suíça e de outros países extremamente desenvolvidos, o que não parece factível num horizonte de 20 anos.

Embora grande parte da população tenha saído da pobreza, uma parcela considerável está pouco acima da linha de pobreza, e não tem condições de uma real ascensão social. Assim, para reverter essa situação, será necessário crescer.

Quadro 2 - Distribuição de renda da população

Entre 50% e 70% da população ainda tem renda inferior à renda digna no Brasil



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3

² África do Sul, Argentina, Brasil, Bulgária, Chile, China, Colômbia, Estônia, Filipinas, Hungria, Índia, Indonésia, Letônia, Lituânia, Malásia, México, Paquistão, Peru, Polônia, Romênia, Rússia, Tailândia, Turquia, Ucrânia e Venezuela.

³ Conceito de renda digna criado pelo McKinsey Global Institute no estudo “*From poverty to empowerment: India’s imperative for jobs, growth, and effective basic services*” e aplicado no caso brasileiro. Inclui as necessidades básicas de cada Brasileiro em 8 dimensões: Alimentação, moradia, energia e transporte, água, saneamento, saúde, educação e segurança social.

III.1.2. Nosso modelo de crescimento recente não foi capaz de trazer ganhos significativos de produtividade e competitividade

O modelo de crescimento dos últimos anos, fortemente baseado em consumo, começa a dar sinais de esgotamento. O aumento da demanda por bens e serviços no mercado doméstico, impulsionado pelo maior acesso a crédito, pelos programas de transferência de renda, e pelas mudanças nas regras de cálculo do salário mínimo, contribuiu para elevar os índices de emprego e os salários, mas não foi acompanhado por aumentos de produtividade.

De fato, desde 2002 crescimento dos salários em termos reais foi o dobro da produtividade⁴. Três fatores fortemente associados a esse fato são:

- Baixa taxa histórica de investimentos, inferior à dos países emergentes.
- Crescente desconexão com o mundo em diversos aspectos, evidenciada pelos mercados protegidos e falta de integração com as cadeias globais de valor.
- Complexidade do ambiente de negócios, principalmente relacionada ao tema da elevada e complexa carga tributária.

De 2000 a 2011, enquanto o Brasil realizou investimentos equivalentes a apenas 18% do PIB, a China investiu 42%, a Índia 31%, o México 25%, o Chile 23% e a Rússia 21%. Além do efeito direto sobre crescimento, esse baixo investimento se reflete em uma infraestrutura de baixa capacidade e baixa qualidade, com efeitos severos sobre a produtividade.

Avançamos em termos de abertura, porém continuamos sendo um país fechado. Exportações e importações equivalem a apenas 27% do PIB, enquanto China, Índia, México, Chile e Rússia apresentam total de 59%, 54%, 65%, 73% e 53%, respectivamente. Nossas barreiras tarifárias e não tarifárias criam um mercado interno protegido, onde os produtores não têm incentivos a se tornarem competitivos globalmente.

Além de sermos relativamente fechados em termos de exportações e importações de produtos, o país também apresenta fluxos relativamente baixos em termos de serviços, de pessoas e de informações. Como podemos ver no quadro abaixo, análise recente do McKinsey Global Institute mostra o país na 43ª posição em um ranking de conectividade global em diversas dimensões

⁴ Crescimento real indexado a 2002 de 57% em salários e 26% em produtividade. Análise interna, fontes utilizadas: Doing Business 2014, IBGE

Quadro 3 - Ranking de conectividade

Posição no ranking MGI de conectividade

Economia Ranking no índice de conectividade

■ Desenvolvida ■ 1-10 ■ 26-50
■ Emergente ■ 11-25 ■ 51+

Países selecionados, 2012¹

Ranking de participação por tipo de fluxo

Rank	País	Produtos	Serviços	Financeiros	Pessoas	Comunicações e dados
1	Alemanha	3	5	7	5	2
2	Hong Kong, China	1	4	3	14	
3	Estados Unidos	8	9	5	1	7
4	Cingapura	2	3	4	18	5
9	Rússia	19	30	16	2	21
17	Austrália	32	34	14	11	30
18	Malásia	10	23	34	26	32
20	Coréia do Sul	7	14	25	58	34
25	China	5	21	6	93	33
27	México	17	67	22	13	48
30	Índia	27	13	26	47	64
41	Chile	42	54	20	95	36
43	Brasil	39	40	18	115	38
47	Argentina	55	60	53	59	40
49	África do Sul	43	50	49	56	73
56	Indonésia	31	49	39	113	65

1 Índice utiliza dados de migrantes para pessoas e tráfego de internet através de fronteiras para comunicações e dados.; Para pessoas, dados são de 2010, e para comunicações de dados, 2013.

FONTE: Comtrade; IHS Economics & Country Risk; World Trade Organization; Telegeography; World Development Indicators, World Bank; McKinsey Global Institute analysis

Outro importante fator que afeta a produtividade do Brasil é a complexidade do ambiente de negócios. O país ocupa a 116ª posição no ranking *Doing Business 2014*, com destaque negativo para a alta carga e a complexidade do sistema tributário. Além desses, podemos citar diversos fatores, desde obtenção de crédito, criação de empresas, regulamentação, autorização para construção, entre outros, como obstáculos reais onde o país apresenta posições abaixo de 100 em rankings internacionais.

III.1.3. Acreditamos que o país pode dar um salto significativo de crescimento até 2030, mas para isso será necessário realizar reformas substanciais

Apesar dos fatores mencionados anteriormente, acreditamos que o Brasil tem condições de se tornar um país desenvolvido até 2030. Para isso, porém, será preciso aumentar o ritmo de crescimento em relação às últimas décadas. A experiência de outros países, como Estados Unidos, Alemanha e Coréia do Sul, mostra que isso é possível: partindo de um patamar de PIB per capita próximo ao que o Brasil tem hoje, eles conseguiram sustentar taxas de crescimento entre 2,4% e 4,8% ao ano durante 20 anos (a partir das décadas de 50, 70 e 90, respectivamente).

Para dar esse grande salto de desenvolvimento, o país terá que formular e cumprir uma agenda de reformas, buscando sempre aumentar sua produtividade e competitividade. Também será necessário criar um novo modelo de democracia social baseada em um crescimento inclusivo e sustentável que possibilita uma melhor distribuição de renda e maior prosperidade da população, criando alavancas de ascensão social por meio do trabalho e da educação.

Se, por outro lado, nada for feito, mesmo o baixo crescimento vivido nas últimas décadas pode deixar de existir. Isso porque alguns fatores que vinham impulsionando a economia, como o aumento da população em idade ativa e a ampliação da disponibilidade de crédito, deixarão de contribuir para o crescimento daqui para frente.

III.2. Com essa agenda de crescimento inclusivo e sustentável será possível dobrar o PIB per capita brasileiro e possibilitar a todas as famílias uma renda digna

Dadas todas essas dificuldades e limitações impostas pela conjuntura econômica e social, a ambição deste trabalho é a de discutir propostas que possibilitem ao Brasil superar os maiores obstáculos ao seu desenvolvimento, de forma a crescer com maior vigor e dar condições para que todas as famílias prosperem. Traduzindo esse sonho em metas para 2030, nossa proposta apresenta-se como um real desafio.

III.2.1. Possibilitar a todos os cidadãos uma renda digna

- **Não apenas ser um país menos desigual, com menos pobreza, mas um país onde todos prosperam.** Nossa visão para 2030 é que todos os brasileiros tenham uma renda digna⁵ para uma vida saudável e de realizações, e não somente acima da linha de pobreza.

III.2.2. Dobrar a renda per capita do brasileiro

- Para possibilitar que todos tenham uma renda digna, devemos **dobrar o PIB per capita, hoje equivalente a US\$ 11,8 mil**, o que exigirá um crescimento do PIB total de em média de 4,5% ao ano pelos próximos 20 anos, e fará com que os brasileiros sejam duas vezes mais ricos em 2033.

III.3. Para atingir esse objetivo, acreditamos que será necessário focar em algumas iniciativas-chave

Para atingir esse sonho, trazemos como inspiração algumas soluções que estão no centro das discussões entre diversos especialistas em assuntos econômicos.

Nesse conjunto de soluções, algumas medidas se colocam em um nível mais aspiracional, indicando grandes esforços que devem ser empreendidos ao longo das próximas décadas. Outras são um tanto mais táticas, e poderão se concretizar por meio de políticas específicas de governo. É importante mencionar também que o sucesso de muitas dessas iniciativas depende de um ambiente macroeconômico e de um contexto institucional e político estáveis.

⁵ Conceito de renda digna criado pelo McKinsey Global Institute no estudo “*From poverty to empowerment: India’s imperative for jobs, growth, and effective basic services*” e aplicado no caso brasileiro. Inclui as necessidades básicas de cada Brasileiro em 8 dimensões: Alimentação, moradia, energia e transporte, água, saneamento, saúde, educação e segurança social.

Esse conjunto de soluções busca trazer uma visão do sistema como um todo e de suas inter-relações. Buscamos levar sempre em consideração que nossa aspiração deve ser de um desenvolvimento sustentável.

Quadro 4 – Aspirações de desenvolvimento econômico

Desenvolvimento Econômico – Aspirações

Aspirações para 2030	
1	Aumentar a taxa de investimentos para 25% do PIB para viabilizar o crescimento inclusivo
2	Aumentar a taxa de investimento em infraestrutura para 5-6% do PIB de modo a permitir o aumento da produtividade
3	Conter os gastos públicos como proporção do PIB no patamar atual
4	Reduzir o custo e a dificuldade de se fazer negócios no Brasil
5	Reorganizar o sistema tributário para simplificar a máquina de gestão tributária e diminuir a informalidade
6	Reconectar o Brasil ao mundo como ferramenta de aumento de competitividade e crescimento
7	Rever estratégias de fomento para aumento da produtividade de economia
8	Reduzir a desigualdade e melhorar as condições de vida da população
9	Assegurar que o crescimento seja sustentável para o planeta

FONTE: Análise da equipe

| 0

III.3.1. Aumentar a taxa de investimentos para 25% do PIB

Elevar a taxa de investimentos para 25% do PIB proporcionará aumentos na capacidade produtiva e ganhos de produtividade, impulsionando o crescimento da economia. Esse é o nível de investimento sustentado por países como Coréia do Sul, Alemanha e Japão durante os períodos em que mais cresceram. Além disso, atuais emergentes apresentam taxas nesse patamar ou acima. Para viabilizar o aumento da taxa de investimentos, algumas possibilidades são:

- **Aumentar poupança doméstica** através da contenção dos gastos correntes do governo como % do PIB;
- Aumentar poupança externa através da **atração de capital internacional atualmente disponível** a partir de mecanismos que sinalizem maior estabilidade do ambiente macroeconômico;
- **Propiciar condições para redução da taxa de juros real** para níveis próximos aos de outros países em desenvolvimento;

- **Revisar as regras do sistema previdenciário**, com o objetivo de incentivar contribuições maiores do que o mínimo exigido por lei;
- **Incentivar o desenvolvimento de novas opções de investimento**, para suprir a demanda de investidores com diferentes apetites de risco;

III.3.2. Aumentar a taxa de investimento em infraestrutura para 5-6% do PIB

Com o objetivo de **fechar o atual déficit de estoque de infraestrutura** nossos cálculos indicam que será necessário aumentar progressivamente a taxa de investimentos em infraestrutura, saindo do patamar atual de 2,2% do PIB e atingindo níveis entre 5 e 6% em 2030. Para isso, será preciso:

- **Rever regulações que interferem no processo de concessões**, de forma a atrair mais investidores e beneficiar aqueles com capacidade real de execução;
- **Conduzir alinhamentos prévios com investidores** para colher suas perspectivas sobre os projetos de infraestrutura e assim melhorar a proposta de valor para eles;
- **Garantir planejamento integrado de longo prazo** entre os diversos setores de infraestrutura;
- **Dar continuidade a projetos já iniciados**, pois retorno é maior do que o de investir em novas obras;
- **Evitar interrupções aos projetos**, definindo de antemão a jurisdição adequada para cada caso possível e criando varas especializadas em meio ambiente em todos os estados.

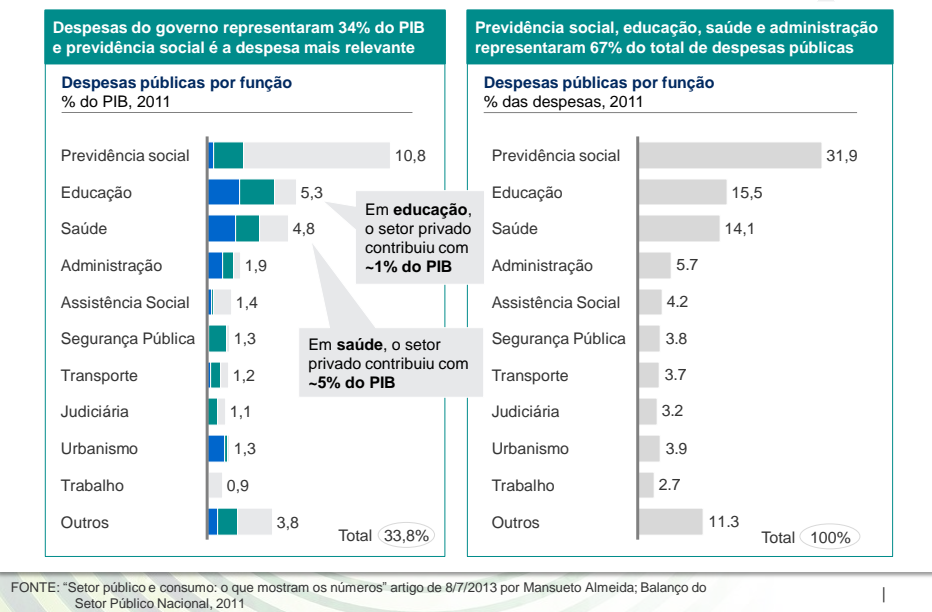
III.3.3. Conter o crescimento dos gastos públicos correntes em proporção do PIB

Para possibilitar o aumento dos investimentos necessário s em aumentar o nível de arrecadação, será necessário conter o crescimento dos gastos correntes. Sabemos que conter o crescimento dos gastos públicos não será tarefa fácil, uma vez que existem mecanismos que garantem aumentos automáticos de despesas, como as regras de aumento do salário mínimo e o impacto do envelhecimento da população na previdência.

Analisando as despesas das três esferas do governo, saltam como principais tipos de despesas a previdência, gastos com saúde, educação e pessoal. Como veremos mais a frente, os gastos com saúde e educação estão em linha com patamares da OCDE, e por isso não serão foco de discussão.

Quadro 5 - Detalhamento dos gastos públicos

Previdência social, educação, saúde e administração representam quase 70% das despesas do governo



A previdência representa mais de 10% do PIB, e mais de 30% dos gastos do governo⁶, seguida dos gastos com educação e saúde, que representam respectivamente 15% e 14% dos gastos do governo. Com o envelhecimento da população e a manutenção das regras atuais, a sobrecarga sobre o sistema previdenciário poderá se traduzir em aumentos expressivos desses gastos. Estudos realizados por economistas como Raul Velloso indicam que o crescimento das despesas com previdência e pessoal podem crescer até 10% nos próximos 20 anos.

Por esse motivo, será imprescindível:

- **Reconsiderar as regras de reajuste do salário mínimo**, que hoje proporcionam aumentos consideravelmente superiores aos ganhos de produtividade;
- **Desvincular o valor das pensões previdenciárias** (e outros benefícios) do salário mínimo no momento da aposentadoria;
- **Rever a idade mínima de aposentadoria** e o tempo de contribuição, frente ao aumento da expectativa de vida e ao envelhecimento da população;
- **Rever as regras de concessão de pensões e cálculos de benefícios**
- **Discutir medidas de contenção de aumento de gastos com pessoal**

⁶ Mansueto Almeida, Balanço do Setor Público Nacional, 2011

- Criação de programas focados em **umentar a eficiência da gestão pública**, alinhando os incentivos dos gestores com resultados e gastos

III.3.4. Reduzir o custo e a dificuldade de fazer negócios no Brasil

O principal obstáculo em termos de ambientes de negócio refere-se à elevada e complexa carga tributária, que será foco da próxima sessão. Além da questão tributária, é essencial discutir a questão trabalhista e o excesso de burocracia e complexidade dos processos rotineiros para empresas.

É preciso buscar **reduzir o custo de conformidade**, trazendo consequências diretas para o aumento da formalização, e garantir que a legislação trabalhista continue a proteger o trabalhador, mas dando condições para as empresas operarem de forma competitiva nos parâmetros internacionais. Além disso, outros processos que tocam empresários como a abertura e o fechamento de empresas, os quais hoje são muito afetados pelo excesso de burocracia, precisam ser otimizados para permitir ganhos ainda maiores de produtividade:

- **Desonerar custos e encargos trabalhistas**, como forma de desestimular a informalidade (por exemplo, isentar pessoas que recebem salário mínimo de contribuição previdenciária)
- **Melhorar os processos de resolução de insolvência** (ex. cortes de julgamento especializadas)
- **Simplificar os processos de abertura e fechamento de empresas**, de forma a retirar os entraves à dinâmica de mercado (ex. integração de interfaces)
- **Criar mecanismos para antecipar as negociações entre funcionários e empregadores**, para que elas ocorram durante o contrato de trabalho, e não apenas após demissões.

III.3.5. Reorganizar o sistema tributário

A carga total de impostos incorridos pelas empresas no país está entre as maiores do mundo, e a pluralidade de normas adiciona tanta complexidade ao sistema que em nenhum outro país as empresas gastam tanto tempo preparando seus impostos como aqui. O nível de arrecadação já atinge 36% e cresce consistentemente desde os anos 90. Empresas brasileiras gastam até 2600 horas por ano preparando seus impostos, o número mais alto entre todos os países incluídos no ranking *Doing Business*.

Algumas alternativas empreendidas com sucesso por diversos países para simplificar o sistema e melhorar o ambiente de negócios no país são:

- **Limitar procedimentos e documentos necessários** para inscrição no sistema fiscal, possivelmente através de um cadastro único entre esferas do governo

- **Padronizar os impostos**, minimizando diferenças regionais e alíquotas que criem distorções produtivas e incentivem guerras fiscais entre estados e municípios
- **Simplificar sistema tributário** com a revisão dos tributos que mais afetam as principais cadeias produtivas do país
- **Unificação de diversos impostos** com a introdução de um imposto sobre o valor adicionado (IVA)

III.3.6. Reconectar o Brasil ao mundo

A reconexão com o mundo pode trazer uma série de vantagens para o país, tanto em termos de abertura comercial quanto em termos de fluxos de serviços, capital, informações e pessoas.

Nossa principal aspiração é **eleva o patamar de participação de comércio sobre PIB de 27% para 50% do PIB** (na soma de exportações e importações). Emergem, assim, algumas transformações cruciais, como:

- **Reduzir barreiras tarifárias e não tarifárias** que entravam exportação e importação;
- **Adequar infraestrutura portuária, de estradas e de ferrovias**, de forma a possibilitar o escoamento da produção agrícola e industrial;
- **Organizar estratégia comercial com foco em países estratégicos** e que priorize o fomento aos setores nos quais temos vantagens competitivas, através de medidas não protecionistas como investimento em P&D e formação de talentos;
- **Investir em capacitação e infraestrutura em setores relacionados ao turismo**, como o hoteleiro;
- **Ampliar incentivos à troca de conhecimento entre países** (ex. fortalecendo parcerias e intercâmbios entre universidades);
- **Aprimorar infraestrutura de telecomunicações**, para facilitar o tráfego de voz e dados.

III.3.7. Rever estratégias de fomento para aumento da produtividade

O governo já gasta atualmente um valor expressivo em benefícios fiscais, com o objetivo de incentivar determinados setores da economia. Assim, chamamos atenção para a importância de se desenhar estratégias de fomento que garantam o máximo impacto para esse investimento.

Nossa visão é que esses investimentos devem ser planejados de modo a remover barreiras e garantir condições para que setores efetivamente competitivos se desenvolvam,

em detrimento de medidas puramente tarifárias. Sendo assim, propomos duas grandes linhas de ação:

- **Buscar mecanismos de fomento alternativos aos subsídios e às barreiras tarifárias**, em particular priorizando iniciativas de P&D, desenvolvimento de talentos e infraestrutura;
- **Estimular setores em que tenhamos vantagens competitivas** e com maior potencial de beneficiar setores próximos, a partir de critérios como a perspectiva de demanda futura, nível de sofisticação e disponibilidade de talentos.

III.3.8. Reduzir a desigualdade e melhorar as condições de vida da população

Enfim, os elementos acima discutidos mostram os principais caminhos a percorrer a fim de atingirmos o grande objetivo de dobrar o PIB per capita até 2030, mas não garantem que a prosperidade será levada a todas as famílias. Para isso, é preciso incluir:

- **Buscar soluções estruturantes voltadas à questão distributiva que vão além de políticas compensatórias de transferência**, buscando aumentar a possibilidade de ascensão social dos mais pobres e garantindo que os mesmos tenham *segurança econômica*⁷.
- **Estabelecer e acompanhar indicador de renda digna do cidadão**, como forma de verificar o percentual da população sem acesso a bens e serviços básicos de qualidade.

Acreditamos que essa possibilidade de ascensão só será possível efetivamente com uma população que tenha acesso a educação, tema que será discutido no próximo capítulo.

III.3.9. Assegurar que o crescimento seja sustentável para o planeta

O crescimento econômico almejado para o país aumentará a atividade econômica e o consumo significativamente. Torna-se então ainda mais crítico que uma agenda de desenvolvimento esteja harmonizada com uma visão global de sustentabilidade e utilização responsável dos recursos naturais. A agenda de sustentabilidade é extensa e fortemente relacionada com os temas de desenvolvimento econômico e infraestrutura, e seria ambicioso demais cobrir de maneira todos os temas relevantes nesse documento. Acreditamos entretanto que 3 assuntos devem ser priorizados de modo a permitir que o desenvolvimento proposto seja efetivamente sustentável:

- **Assegurar uma matriz energética robusta e limpa**: o Brasil ainda ocupa uma posição de destaque à nível mundial em termos de limpeza de matriz energética, principalmente devido a grande utilização de energia hidroelétrica e biocombustíveis, porém a trajetória recente é negativa. Recentemente problemas

⁷ Segunda a definição do banco mundial, o conceito de segurança econômica se refere a possibilidade de um indivíduo se manter fora da pobreza

com grandes obras de hidroelétricas tem gerado a necessidade de utilização de uma proporção cada vez maior de termoelétricas. Acreditamos que é importante que o país tenha um planejamento de longo prazo que privilegie fontes renováveis e limpas de energia. No campo de geração elétrica, a energia hidroelétrica poderia ser complementada com maiores investimentos em outras fontes renováveis como biomassa, eólica, e solar. Na matriz de transporte ainda existe muito espaço para melhoria da eficiência energética, seja pela eficiência de motores seja pela mudança de modal de transporte, além da ampliação do uso de biocombustíveis.

- **Viabilizar o crescimento do agronegócio sem reduzir nosso patrimônio florestal:** o agronegócio é uma das grandes vocações econômicas do país e o país tem um papel importante na produção de alimentos à nível mundial. Acreditamos que o crescimento da produção nas próximas décadas possa ser realizado sem a necessidade de suprimir vegetação nativa se priorizarmos políticas públicas para recuperar terras degradadas sem uso produtivo e aumentarmos a produtividade de nossa pecuária, que ao contrário da agricultura, ainda apresenta níveis muito baixos quando comparado a outros países. Atualmente estima-se que 200 milhões de hectares estejam ociosos ou utilizados por pecuária de baixa produtividade. Para se ter referência, esse número é três vezes maior que toda a área de lavoura do país.
- **Garantir que a legislação ambiental seja cumprida e ao mesmo tempo não se torne um impeditivo à prática econômica sustentável:** ao passo que temos em algumas dimensões uma legislação ambiental progressista, sofremos com a aplicação da mesma. Por um lado, poucos infratores da legislação ambiental efetivamente sofrem as consequências de seus atos. Relatório do IBAMA em 2011 apontou que menos de 1% das multas aplicadas por desmatamento irregular são efetivamente pagas⁸. Por outro lado, o setor produtivo que procura cumprir com a legislação sofre com processos burocráticos e extremamente demorados e com uma multiplicidade de atores à nível federal, estadual e municipal que aumentam a complexidade e burocracia para o seu cumprimento.

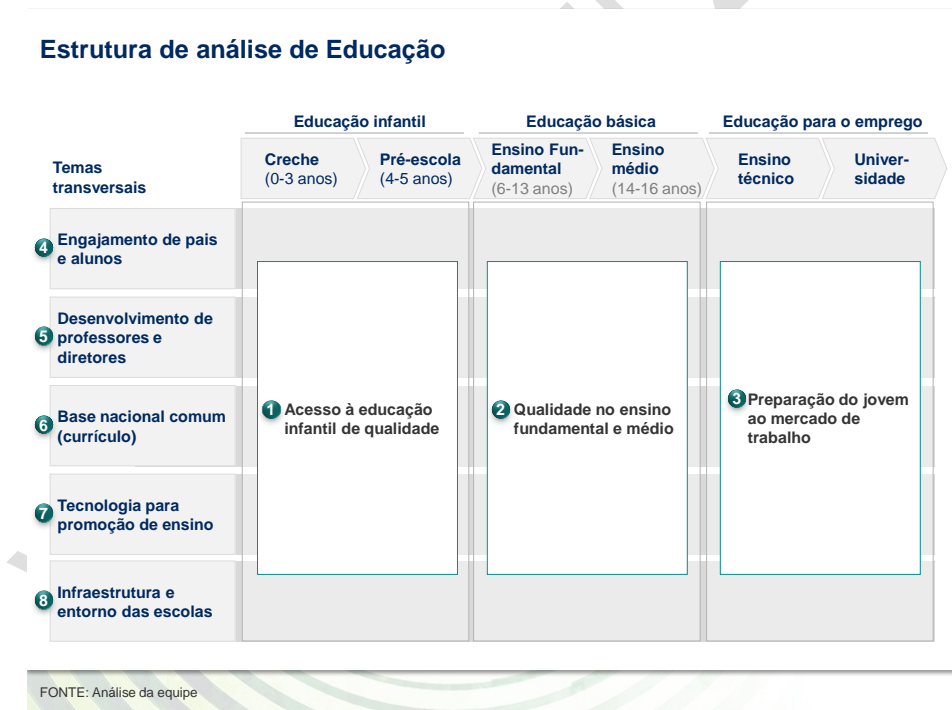
⁸ Andrea Vialli - O Estado de S.Paulo

IV. EDUCAÇÃO – Dar às crianças e jovens o direito de sonhar, promovendo acesso à educação de qualidade a todos

IV.1. O Brasil ampliou o acesso à educação significativamente, mas ainda não deu um salto de qualidade

A educação é um direito de todos, garantido pela Constituição e reconhecido como um importante elemento para o desenvolvimento da vida cidadã. Nas últimas décadas, o Brasil avançou de maneira significativa nesse direito fundamental, expandindo o acesso de **95% das crianças** à educação fundamental. Entretanto, o aumento de acesso não veio com uma melhoria na qualidade de educação e somos o **único país que figura entre as 10 maiores economias do mundo e ao mesmo tempo encontra-se entre os piores países em termos de qualidade na educação.**

Quadro 6 - Áreas de análise consideradas para Educação



Os resultados de desempenho dos estudantes brasileiros evidenciam que, apesar de as crianças passarem tempo na escola, **elas não estão aprendendo como deveriam.** A última avaliação de alfabetização⁹ mostrou que **mais de 50% dos estudantes do país não sabem ler e escrever um texto** de forma correta ao final do 3º ano do Ensino

⁹ Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização (Prova ABC) que mede alfabetização no 3º ano do Ensino Fundamental

Fundamental. Ao final do Ensino Médio, **apenas 10% dos alunos tiveram o nível de aprendizagem adequado em Matemática.**

Esse déficit de aprendizagem resulta em um grave problema de analfabetismo funcional, ou seja, pessoas que até podem ter frequentado a escola, mas que não conseguem interpretar textos simples ou fazer operações matemáticas básicas. **A taxa oficial de analfabetismo funcional é de 27%**, apesar de alguns especialistas indicarem que o problema pode ser significativamente maior, dependendo da metodologia de medição. Uma pesquisa recente em São Paulo mostrou que 33% dos alunos do 1º ano do ensino médio eram analfabetos funcionais, portanto, considerando que São Paulo tem um dos melhores desempenhos em educação do país, estima-se que o analfabetismo funcional possa ser de a 50% da população.

Os jovens também não estão se preparando para o emprego. **A proporção de jovens que vai para o ensino técnico ou superior é cerca de três vezes menor do que a de países desenvolvidos.** No ensino técnico, são 14% contra 52% da Alemanha, e no ensino superior são 13% contra 39% da média da OCDE. Isso leva em conta que a distribuição do gasto por aluno no Brasil é bastante concentrada **no Ensino Superior, no qual investimos 6 vezes mais do que no Ensino Infantil** ao contrário de outros países que costumam gastar no máximo 2 vezes mais no ensino superior.

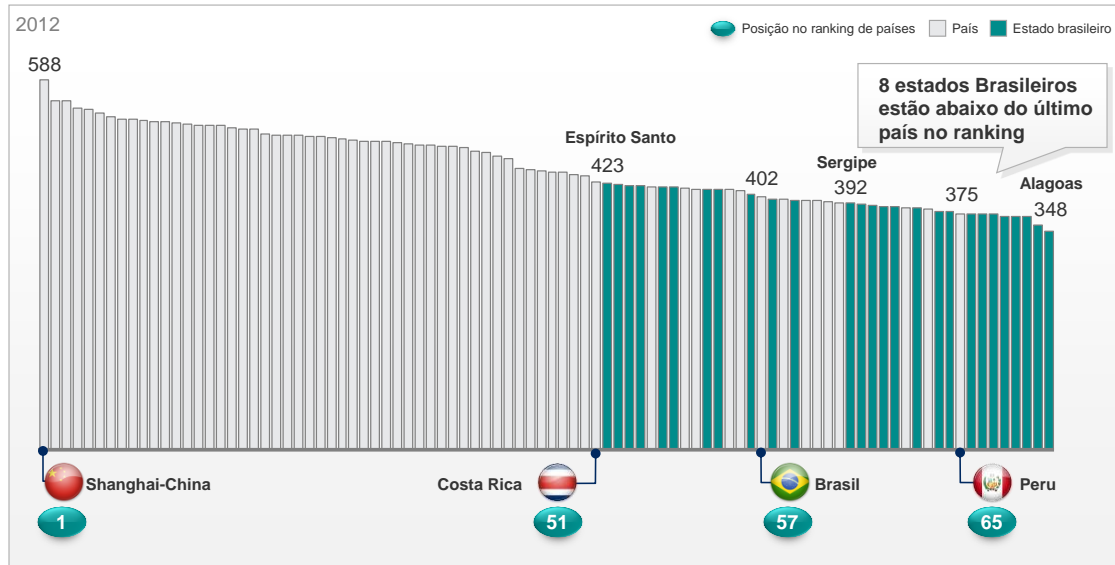
Além disso, os cursos atuais não estão preparando os jovens para o emprego. **Somente 30% dos empregadores acreditam que os jovens estão preparados adequadamente para o trabalho**, apesar de 70% dos provedores de educação acreditarem que estão provendo uma educação de qualidade¹⁰. Esses fatores contribuem para que aproximadamente **um em cada quatro jovens entre 18 a 24 anos não estude nem trabalhe**, sendo que o **desemprego nessa faixa etária é 2,4 vezes maior do que na população em geral** (12,7% para jovens vs. 5,2% no geral).

Com isso, apesar do avanço em termos de acesso, somos o **único país que figura entre as 10 maiores economias do mundo e ao mesmo tempo encontra-se entre os piores países em termos de qualidade na educação.** Continuamos entre os últimos colocados no *Programme for International Student Assessment* (PISA), avaliação que mede o aprendizado de jovens de 15 anos de idade em 65 países: no último teste, o **Brasil ficou na 57ª colocação.** A situação é ainda mais grave quando analisamos regionalmente, já que **oito estados brasileiros estariam abaixo do último colocado no ranking.**

¹⁰ Pesquisa proprietária da McKinsey & Company

Quadro 7 - Comparação da nota do Brasil, dos estados brasileiros e de outros países no PISA

Média no PISA^{1 2}, países da OCDE³ e parceiros, incluindo estados brasileiros



1 Programme for International Student Assessment
 1 Média simples das proficiências em leitura, matemática e ciência
 2 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

FONTE: PISA; análise da equipe

A baixa qualidade da educação impede que **crianças e jovens tenham acesso a oportunidades de ascensão social**, e também é vista como um dos principais limitadores à nossa qualidade de vida, resultando em uma **sociedade mais violenta, com maiores desafios de saúde e com baixa produtividade**.

A falta da educação tem um impacto profundo na vida dos nossos jovens que perdem o acesso a oportunidades de uma vida melhor e acabam mais vulneráveis a drogas e à violência. Informações do sistema prisional (Infopen) indicam que apenas 39% dos presos completaram o ensino fundamental e apenas 16% completaram o ensino médio. O aumento do consumo de drogas ilegais, que está ligado à prática de crimes, preocupa. Por exemplo, as apreensões por crack no Brasil aumentaram mais de 3 vezes¹¹ entre 2001 e 2007.

Estudos¹² indicam que **investir em educação para reduzir a violência tem um retorno que chega a 7 vezes cada real investido**, e que o custo da violência na América Latina pode chegar a 14% do PIB¹³.

O importante efeito da educação na redução da violência devido à melhoria de oportunidades de emprego para aos jovens foi discutido em um estudo da London School

¹¹ Departamento da Polícia Federal

¹² “Mais educação, menos violência”, Marcos Rolim (2008)

¹³ Idem

of Economics¹⁴. Neste estudo, outros dois efeitos da educação foram atribuídos à redução da violência: a diminuição da exposição a situações de risco que podem levar à criminalidade ou ao consumo de drogas; e o desenvolvimento de habilidades não cognitivas como paciência e aversão ao risco.

Estudos conduzidos por médicos e economistas revelam que existe uma grande e estável associação entre melhoria de nível educacional e melhoria de indicadores de saúde¹⁵.

No Brasil, o impacto da prevenção pode ser significativo já que os **cinco maiores riscos à saúde são responsáveis por 32% dos anos com qualidade de vida perdidos** da população brasileira (obesidade, hábitos alimentares, consumo de álcool e consumo de cigarro) e eles podem ser diretamente influenciados por um maior nível de educação¹⁶. Nos Estados Unidos, foi estimado que quatro anos ou mais adicionais de educação reduzem o risco de tabagismo (23% para 12%), obesidade (23% para 18%), e uso frequente de bebidas alcoólicas (11% para 4%). A adoção desses hábitos de vida mais saudáveis está associada a melhores resultados em indicadores de saúde como diminuição do risco de doenças coronárias (de 31% para 28,8%) e diabetes (7% para 5,7%).

Um ano de estudo pode melhorar em 18,5% a chance de se ter uma saúde boa. Um estudo da ONU¹⁷ projeta que uma aceleração do avanço em educação no Brasil poderia reduzir índices como a mortalidade infantil em até 60%, dados os níveis constantes de renda em dois cenários de educação para 2050.

Finalmente, a educação tem um impacto social significativo, aumentando em até **3x a chance dos jovens de encontrar um emprego** e possibilitando uma **renda até 3x maior** quando comparamos jovens com pouca escolaridade com aqueles com ensino superior.

IV.2. É hora de dar às crianças e jovens o direito de sonhar a partir de aspirações e propostas centradas no aluno

Obtivemos uma conquista importante com a universalização do acesso à educação básica e expansão da educação superior, mas não podemos parar por aqui. Ainda faltam dois desafios para atingir esse sonho: a **melhoria da qualidade da educação** para que de fato ela possa tornar os jovens em cidadãos plenos, e uma **maior conexão entre educação e trabalho**, gerando mobilidade social em larga escala e não só aos que tem o privilégio de chegar à educação superior.

¹⁴ “The Crime Reducing Effect of Education”, Stephen Machin, Olivier Marie and Sunčica Vujić (Maio 2010)

¹⁵ “Education and Health: evaluating theories and evidences”, David Cutler and Adriana Lleras-Muney (Junho 2006)

¹⁶ Organização Mundial da Saúde

¹⁷ “Relatório do Desenvolvimento Humano”, PNUD (2013)

Então, o sonho que propomos para a educação é que o Brasil se torne um país que ofereça a suas crianças e jovens a oportunidade de uma vida melhor através do acesso à educação de qualidade. Este sonho passa por duas aspirações principais.

IV.2.1. Toda criança plenamente alfabetizada e com formação básica no nível dos 30 melhores sistemas do mundo

- **Toda criança e jovem brasileiro com acesso a uma educação básica de qualidade internacional**, com a aspiração de estarmos entre os 30 primeiros colocados no ranking PISA.
- **Tolerância zero com o analfabetismo funcional**, com todos os alunos aprendendo o essencial para o seu ano em Português e Matemática até 2030, em todos os anos.
- **Todo jovem na sala de aula e aprendendo**, com pelo menos 95% dos jovens concluindo a educação básica até os 19 anos até 2022.

IV.2.2. Todo jovem bem preparado para sonhar e conquistar oportunidades de ascensão social e renda digna

- **Jovens preparados para o mercado de trabalho do futuro, tendo a oportunidade de ascender socialmente**: todos os jovens entre 19 e 24 anos devem ter oportunidade de trabalho com renda digna e/ou de educação superior.
- **Aumento de jovens com educação técnico-profissionalizante ou universitária de qualidade**: expandir o acesso dos estudantes ao ensino técnico e o acesso à universidade, saindo de 18%¹⁸ para cerca de 60% até 2030.

IV.3. Para atingirmos o sonho da educação de qualidade, será preciso focar em três grandes áreas

Para atingirmos o sonho da educação de qualidade, temos três grandes áreas de atuação visando transformar o aprendizado das crianças e jovens na escola e na sociedade.

- **Melhorar a experiência da aprendizagem** com foco na alfabetização na idade certa, na reestruturação do Ensino Médio, na valorização da carreira e apoio ao desenvolvimento do professor, e na criação de uma base curricular comum que dê clareza sobre o que deve ser aprendido ano a ano.
- **Garantir um ambiente apropriado para o aprendizado** através da boa gestão do sistema e das escolas e do investimento em um modelo de educação que

¹⁸ Estimado, assumindo que cerca de 60% que fazem o ensino técnico-profissionalizante obtém o ensino superior.

atraia o aluno com expansão da educação em tempo integral e incorporação de tecnologia da informação.

- **Expandir a instrução para além da escola** através do envolvimento dos pais no processo educacional e da utilização de tecnologia fora da sala de aula para continuar a educação dos alunos.

IV.3.1. Melhorar a experiência de aprendizagem

A transformação da educação passa primeiramente por uma experiência de aprendizagem que dê a formação básica para seus alunos e os prepare para o mercado de trabalho. Os componentes essenciais para essa melhoria de aprendizagem são:

- **Construir uma base sólida para o aprendizado através da qualificação da pré-escola e da alfabetização no tempo certo** – apenas 45% das crianças têm o nível de leitura esperado no 3º ano.
- **Repensar o Ensino Médio para os jovens, concretizando o sonho da mobilidade social**, principalmente com um currículo mais flexível e conectado com a realidade do aluno - cerca de 50% dos alunos não completam os 3 anos do Ensino Médio;
- **Reestruturar a carreira do professor**, com ênfase em formação na prática em sala de aula e modelos de remuneração mais atrativos – o Brasil é um dos países com pior nível de respeito pelo professor pela população e pelos alunos;
- **Implantar uma base curricular comum, contendo expectativas de aprendizado mínimas para todo o país** – a base comum é uma ação estruturante que permitiria diagnósticos mais constantes e a melhoria dos materiais didáticos.

IV.3.2. Garantir um ambiente apropriado para o aprendizado dos alunos

Ter um ambiente escolar adequado também é importantíssimo para o desenvolvimento do aluno, e há três principais caminhos para isso.

- Criar uma **cultura de gestão**, através de processos de seleção e capacitação de diretores e da utilização de processos e ferramentas de gestão no nível das secretarias.
- Resgatar uma geração com investimento em **educação em tempo integral**, e aumento da carga horária por aluno – **carga horária do Ensino Médio do Chile é 60% maior do que no Brasil.**
- Preparar os jovens para o mercado de trabalho através **da expansão do ensino técnico e superior** – escolaridade técnica é 3 vezes menor do que na Alemanha, e o ensino superior é 3 vezes menor que a média da OCDE.

IV.3.3. Expandir a instrução para além da escola

Além dos muros das escolas, o tempo que o aluno passa fora da sala de aula também é essencial para sua formação e educação. Para complementar a educação dos alunos para além da escola, podemos:

- **Engajar pais na educação do filho**, incentivando-os a tomar atitudes que beneficiam o desenvolvimento deles – hábitos como a leitura para o filho podem ser equivalente a adicionar até 1,5 ano de escolaridade
- **Utilizar novas tecnologias** como conteúdos digitais e games educativos para continuar o aprendizado dos alunos fora da sala de aula onde as barreiras de adoção são muito menores - as crianças e jovens brasileiros já são uns dos mais engajados em novas tecnologias como redes sociais e tecnologia móvel.

Visão Brasil 2030

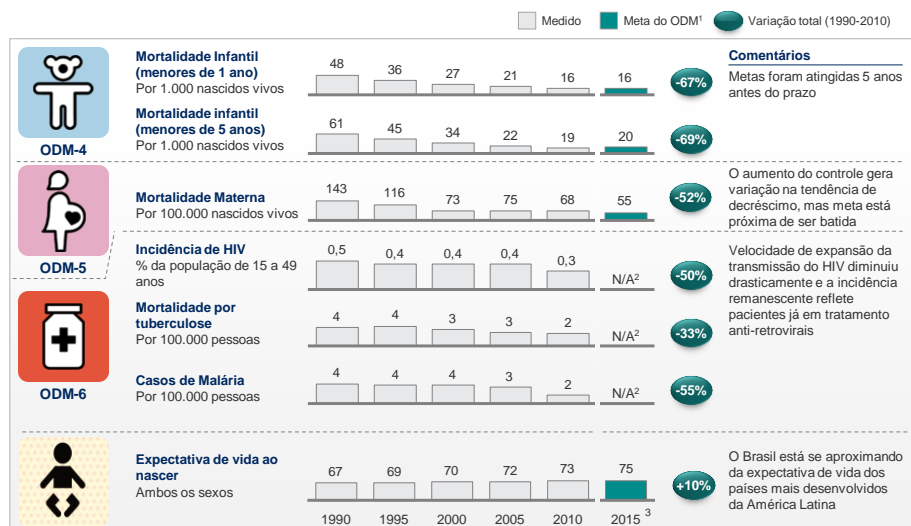
V. SAÚDE - Dar um salto de qualidade na saúde

V.1. Para dar o próximo salto, o Brasil terá que lidar com diferenças regionais, tripla carga de doenças e pouca eficiência do gasto

O Brasil teve uma evolução significativa nos seus principais indicadores de saúde, alcançando uma **redução de 70% na mortalidade infantil, 50% na mortalidade materna e um aumento de sete anos na expectativa de vida ao nascer nos últimos 20 anos**. Essa evolução se deve principalmente a uma **melhora nas condições de vida** (por exemplo, o percentual de cidadãos com acesso a serviços de esgoto passou de 17% para 76% em 40 anos) e à **estruturação do Sistema Único de Saúde**, que **umentou o acesso** da população aos serviços de saúde.

Quadro 8 - Áreas de análise consideradas para Saúde

Estrutura de análise de Saúde: Metas de Desenvolvimento da ONU

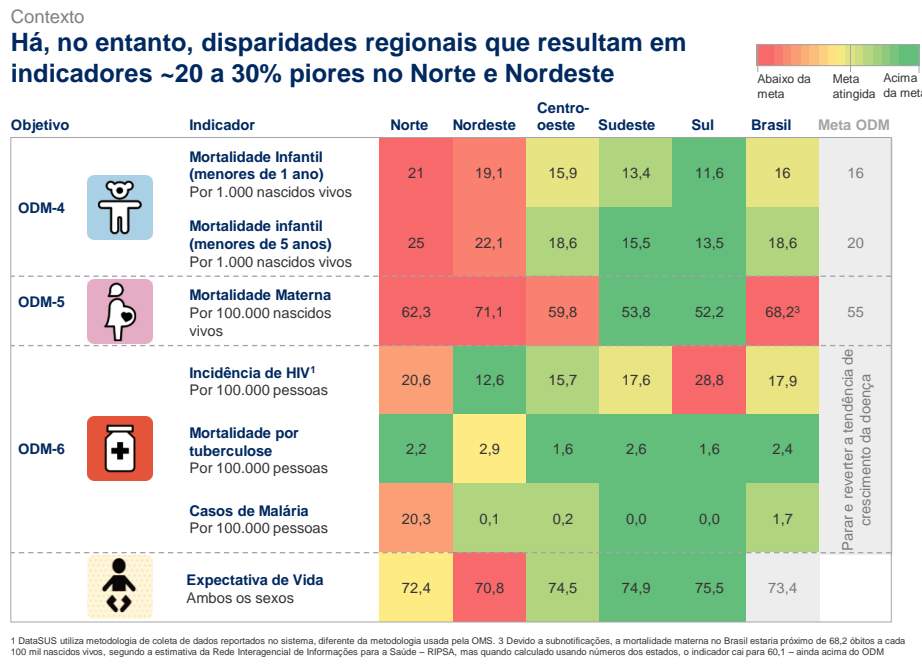


¹ Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; 2. ODM meta 6: Parar a expansão da doença e reduzir a incidência de doenças contagiosas como HIV, Malária e Tuberculose; 3 Projeção feita pelo IBGE. Expectativa de vida não faz parte dos ODM

FONTE: DataSUS; IBGE; OMS

No entanto, esse movimento não foi uniforme no país. Os estados do Norte e Nordeste ainda estão significativamente piores do que Sul e Sudeste, **com diferenças de até 80% em mortalidade infantil**, por exemplo. Além disso, de maneira geral, **os resultados de saúde ainda estão abaixo de países comparáveis**. Por exemplo, o México tem expectativa de vida de 77,3 anos e o Brasil, 74,5 anos.

Quadro 9 – Indicadores chave



FONTE: DataSUS, IBGE

| 4

O sistema de saúde brasileiro hoje tem desafios importantes a serem superados. O SUS tem problemas crônicos de filas, que podem chegar a **três anos para uma cirurgia**, e ao mesmo tempo a **taxa de ocupação dos leitos hospitalares de 52% é baixa versus 76%** na média dos países da OCDE. Como resultado, a população está insatisfeita com a saúde no Brasil – 75% consideram saúde a primeira prioridade de atuação e 44% avaliam a saúde em geral como ruim ou péssima.

O Brasil ainda precisa enfrentar o problema da **tripla carga de doença** – temos incidência relevante de doenças infectocontagiosas, crônicas, e acidentes e violência. Isso implica que nosso sistema deve estar preparado para combater e tratar os três tipos de condições.

Adicionando aos desafios atuais, a população passará por um rápido processo de envelhecimento ao longo dos próximos 15 anos, praticamente **dobrando o percentual de idosos para 19%** em 2030. Isso resultará em uma grande pressão sobre o sistema de saúde, pois as necessidades de saúde de idosos são maiores – doenças crônicas são 4 a 5 vezes mais incidentes nesse grupo do que na média da população e os serviços prestados são duas vezes mais caros.¹⁹

Hoje já gastamos 9,3% do PIB com saúde, o que está em linha com a média da OCDE e acima de países em desenvolvimento²⁰. Porém, do total de investimentos em relação ao PIB, apenas 4,3% são financiados pelo setor público, e 5,0% pelo setor privado. Para efeito de comparação, na média da OCDE os governos financiam o equivalente a 6,7% do PIB,

¹⁹ Comparação feita com adultos de 25 a 39 anos. Fonte: IBGE; DataSUS; IHME

²⁰ Global Health Expenditure Database - OMS

indicando que no Brasil a participação do setor público no financiamento da saúde ainda é baixa.

Além disso, apesar de o gasto total em saúde como porcentagem do PIB ser relativamente alto, como nosso PIB per capita é muito baixo, o gasto por paciente fica em linha com países em desenvolvimento, e abaixo de países da OCDE, demonstrando a importância da meta de dobrar o PIB per capita brasileiro nos próximos 20 anos. Se isso ocorrer, o mesmo percentual do PIB gasto com saúde hoje resultaria no dobro de recursos per capita para o sistema. Finalmente, melhorias em alocação e gestão de recursos poderiam garantir o financiamento necessário para dar aos brasileiros uma saúde digna.

V.2. A Visão 2030 deve contemplar saúde ao invés de doença, além de acesso, atendimento digno e maior eficiência do sistema de saúde brasileiro

Nossa visão para 2030 é de um Brasil capaz de garantir a saúde que a população precisa e merece. Esta visão passa por quatro aspirações principais.

V.2.1. Ser o país mais saudável da América Latina

- Aumentar em pelo menos **cinco anos a expectativa de vida** dos brasileiros, **reduzir a mortalidade infantil em 65%**, e **reduzir a mortalidade de jovens e adultos em 10%**, fazendo com que o Brasil tenha a maior expectativa de vida e a menor mortalidade infantil dentre todos os países da América Latina.

V.2.2. Garantir acesso a tratamentos de qualidade a todos os brasileiros

- **Reduzir a disparidade entre a média brasileira e o estado com pior resultado nos indicadores** de mortalidade infantil e expectativa de vida para 20% e 5%, respectivamente, até 2030, contribuindo para que todos os brasileiros tenham acesso a tratamento de qualidade independentemente de região e/ou classe social.

V.2.3. Garantir um atendimento digno de saúde a todos os brasileiros

- **Equalizar agendamentos e prazos de forma adequada e única entre os setores público e privado**, promovendo maior satisfação com os serviços de saúde para a população. Em conjunto com garantia de acesso a tratamentos de qualidade, ações promoverão atendimento digno a todos.

V.2.4. Buscar eficiência e sustentabilidade nas finanças do Sistema de Saúde

- **Aplicar recursos de forma mais eficiente e sem desperdícios**, buscando atingir melhores resultados em saúde com os recursos disponíveis. Ter uma orientação para satisfação com serviços e proteção financeira para a população de forma eficiente em termos de custos.

V.3. Para proporcionar saúde de qualidade para a população, será preciso enfatizar três pilares

Para alcançar a saúde que vislumbramos, é necessário que sejam resolvidos os principais entraves ao desenvolvimento do setor de saúde no país.

V.3.1. Promover a saúde e não apenas tratar a doença

- **Reduzir a incidência de doenças infectocontagiosas típicas de países subdesenvolvidos**, o que trará um grande efeito positivo na saúde da população e também reduzirá a complexidade do sistema de saúde brasileiro.
- **Investir principalmente em condições de moradia e segurança, educação para a saúde e combate aos principais riscos à saúde**, como má alimentação, obesidade, hipertensão e consumo de álcool e cigarro, que hoje são responsáveis por 42% das condições de saúde.

V.3.2. Garantir acesso a um sistema de saúde de qualidade

Tanto os indicadores de saúde quanto os de infraestrutura de atendimento nas regiões Norte e Nordeste e em áreas mais pobres de outras regiões indicam uma situação precária, comparável à de outros países subdesenvolvidos. Isso é resultado de dois fatores principais: más condições de vida e falta de acesso a serviços de saúde. O foco de ação deve ser, portanto, no aumento da infraestrutura e na melhoria das condições de acesso ao sistema nas regiões de maior vulnerabilidade social.

- **Vencer a baixa oferta de profissionais de saúde**, em algumas especialidades e regiões específicas. Esses profissionais devem ser bem formados para dar atenção adequada aos pacientes e bem distribuídos entre as funções da assistência à saúde e as diversas categorias profissionais, reduzindo o foco e a sobrecarga sobre o médico.
- **Combater os altos gastos das famílias com medicamentos**, redistribuindo os custos no sistema de saúde. Para as faixas da população de menor renda, gastos com medicamentos muitas vezes são responsáveis por levar famílias a uma situação de pobreza. O alto custo destes produtos no Brasil, três vezes o dos EUA e Reino Unido, pode ser responsável por isso.
- **Investir em infraestrutura e constituição de equipes multidisciplinares treinadas para atender idosos**. Ao longo dos próximos 16 anos, o sistema de saúde brasileiro receberá maior demanda de pacientes acima de 60 anos. Hoje temos pouca infraestrutura pública voltada ao atendimento desse segmento.

V.3.3. *Investir em gerir bem a saúde*

Um dos maiores desafios hoje é garantir a sustentabilidade financeira do modelo de assistência. Os gastos brasileiros em percentual do PIB já estão em linha com a média da OCDE, mas os piores resultados de saúde da população e o fato dos pagamentos por serviços prestados estarem abaixo dos de países comparáveis indicam que há espaço de melhoria na distribuição e uso dos recursos no sistema.

Atingindo a meta de dobrar o PIB per capita brasileiro nos próximos 20 anos, o mesmo percentual do PIB gasto com saúde hoje resultaria no dobro de recursos per capita para o sistema. Além disso, melhorias em alocação e gestão de recursos poderiam garantir o financiamento necessário para dar aos brasileiros uma saúde digna. Para cuidar da saúde da população com melhores resultados, precisamos:

- **Garantir o bom uso dos recursos, buscando mais eficiência e melhor governança e gestão**, o que terá em um impacto direto tanto no financiamento do sistema quanto na qualidade dos serviços. Atualmente, faltam informações confiáveis sobre o sistema de saúde, sem as quais não é possível monitorar o desempenho e a qualidade dos serviços.
- **Aprimorar o planejamento da operação e a expansão do sistema de saúde integrado** entre setor público e privado, visando reduzir desperdícios de recursos, evitar sobreposição de cobertura e direcionar esforços para áreas de maior impacto na saúde da população.
- **Reorganizar o sistema colocando o paciente como foco**, com a criação de **redes regionais integradas** de prestadores de serviço, a determinação de processos integrados de referência e contrarreferência, e a integração de sistemas de informação clínica.

VI. SEGURANÇA PÚBLICA - Transformar a realidade de violência epidêmica, garantindo que os brasileiros sintam-se seguros para atingir seu potencial

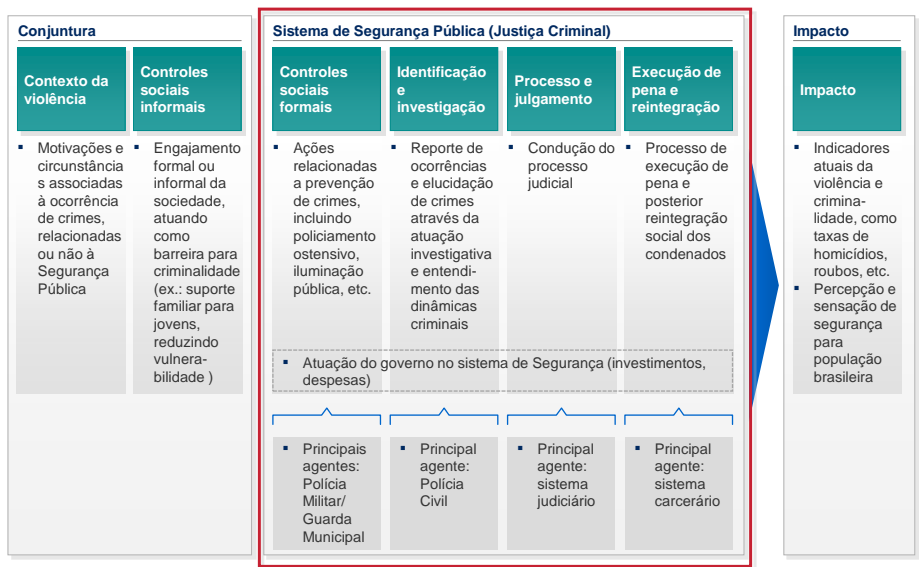
VI.1. Há espaço para uma abordagem sistêmica em Segurança Pública

A atual situação da Segurança Pública no Brasil é alarmante: **um em cada nove homicídios no mundo acontece no país**, e a **taxa de homicídios de 27 ocorrências por 100.000 habitantes é classificada como “violência epidêmica”**, segundo padrões da ONU.

Nesse cenário, é importante a análise da segurança além da visão mais comum de que segurança “é assunto de polícia”. O quadro abaixo ilustra três grandes blocos a serem considerados para um estudo mais abrangente do tema.

Quadro 10 - Abordagem sistêmica em três blocos para análise da Segurança Pública

Estrutura de análise de Segurança Pública



FONTE: Análise da equipe

| 5

VI.2. Sistema de segurança: é preciso aumentar as taxas de elucidação de crimes

Estudos indicam que **apenas 5-10% dos crimes reportados são elucidados no Brasil**, comparado a taxas de elucidação de cerca de 60% em países como EUA e Reino Unido.

Diversos fatores contribuem para baixa taxa de elucidação, entre eles:

- Baixa integração entre as polícias militar e civil, afetando o fluxo entre identificação e investigação dos crimes.
- Oportunidades de melhoria de gestão das polícias, com alocação mais estratégica de recursos de acordo com análise dos fenômenos criminais.
- Desafios de interface entre polícia civil e sistema judiciário, garantindo agilidade em processos que afetam as investigações (por exemplo, mandatos de busca).
- Lacunas na gestão do sistema judiciário, gerando morosidade em processos que pode resultar em prescrição.

É preciso aumentar as taxas de elucidação para evitar um círculo vicioso envolvendo a população não criminosa, que não acredita que o sistema resolve os crimes e deixa de reportá-los, e a população criminosa, que não acredita que o sistema resolve os crimes, com baixo poder repressivo.

VI.3. Sistema de segurança: o sistema carcerário deve passar por uma transformação para reduzir as altas taxas de reincidência

Alguns indicadores ilustram o desafio dos presídios brasileiros: a superlotação gera uma condição de **1,8 preso por vaga**; **40% desses presos são presos provisórios**; e estima-se que **80% dos presos reincidem** em crimes após deixarem os presídios.

Fatores relacionados ao sistema carcerário e também ao sistema judiciário são os principais condicionantes dessa realidade.

Há enorme espaço para melhoria da gestão dos presídios. Segundo alguns especialistas, a ausência do estado nas penitenciárias *“contribuiu para o fortalecimento do crime organizado, que usa os presídios como fonte de recrutamento e fidelização de criminosos”*.

Por outro lado, mudanças no sistema judiciário também poderiam afetar diretamente o fluxo e demanda de vagas em presídios. Por exemplo, o baixo uso de penas alternativas no Brasil é questionado por muitos especialistas, já que prisão pode nem sempre ser a forma mais efetiva de punição (e posterior recuperação), dependendo do tipo de crime. Adicionalmente, dois problemas são apontados na questão de presos provisórios: o pré-julgamento dos detidos (ainda não condenados), e o impacto no regime de progressão de pena, formalmente iniciado após a condenação.

VI.4. A ausência de informações de segurança é um tema transversal que afeta o sistema como um todo

Há oportunidades de melhoria no levantamento de informações de qualidade, padronização dessas informações e criação de indicadores finalísticos que permitam entender melhor os fenômenos criminais, gerando maior eficiência no combate ao crime.

Exemplos ilustram as lacunas de informações do setor: muitos estados ainda consolidam suas informações de segurança de forma manual, mais passível a erros. O Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, principal referência da área, apresenta em sua nota metodológica diversas restrições acerca da qualidade e comparabilidade de suas informações (por exemplo, alguns estados registram boletins de ocorrência eletrônicos nos indicadores; outros não). No judiciário, não há indicadores básicos como tempo de processo e taxas de condenação para processos criminais.

Como resultado, a falta de informações dificulta o acompanhamento de ações de segurança (por exemplo, melhor gestão das polícias), e dificulta também a criação de políticas públicas de segurança mais eficientes, com maior rigor analítico para resolução de fenômenos criminais *versus* eventos isolados.

VI.5. Há espaço para maior integração e coordenação entre agentes de segurança

A integração e coordenação entre agentes de segurança no Brasil ainda é muito baixa. As polícias possuem uma relação de histórica animosidade, e em muitos estados, informações e planejamentos entre polícias não são compartilhados.

O planejamento conjunto entre polícias e outros poderes (por exemplo, Ministério Público, municípios) também é limitado. Ações conjuntas para combate mais efetivo à situação de criminalidade local muitas vezes perdem força, ou não são implementadas por se perderem em burocracia de diferentes órgãos.

Finalmente, há espaço para um papel mais protagonista da União na coordenação da segurança pública do país. Por exemplo, coinvestindo em iniciativas escalonáveis, como sistemas de tecnologia e treinamentos, e promovendo compartilhamento de boas práticas entre estados.

VI.6. Conjuntura: existem oportunidades para aumento da prevenção social à criminalidade, principalmente com foco nos jovens

As motivações para o crime são complexas, e estudos de criminologia passam por conceitos como “delinquente nato” até “busca da causa do delito na sociedade”, sem uma explicação única e universalmente aceita. Entretanto, parece existir uma forte **correlação entre criminalidade, vulnerabilidade social e, por consequência, educação.**

Essa correlação é observada empiricamente através de diferentes indicadores. Na cidade de São Paulo, bairros como Capão Redondo, Parque Santo Antônio e Campo Limpo tiveram **10 vezes mais ocorrências** de crimes como homicídios, latrocínios e estupros do que bairros como Jardins, Vila Mariana e Pinheiros em 2013, ilustrando a **relação entre crimes mais violentos e áreas de maior vulnerabilidade social**, que potencialmente também contam com menor número de policiais para prevenção ao crime. Em Minas

Gerais, 57% dos jovens na Suase (medida socioeducativa) **não estavam frequentando escolas** à época que cometeram atos infracionais. Mais da metade dos presos no Brasil possuem entre **18 e 29 anos**.

Tais dados devem ser tratados com cautela, já que não é objetivo desse estudo fazer extrapolações para o cenário nacional a partir de casos selecionados de algumas cidades/ estados. O objetivo de tais dados é ilustrar uma correlação apontada por muitos especialistas, principalmente aqueles com maior experiência de campo/ “na ponta”.

Adicionalmente, não são todos os tipos de crime que guardam relação com educação ou vulnerabilidade (por exemplo, crimes cibernéticos, corrupção). Porém, as correlações ilustram a opinião de diversos especialistas: *“é preciso atuar de forma preventiva para que o jovem tenha opções para se inserir de forma digna na sociedade, com o reconhecimento e destaque demandados nessa idade.”*

VI.7. Podemos sonhar com um país mais seguro

Acreditamos que é possível sonhar com quatro grandes aspirações para mudar a situação epidêmica de violência no Brasil:

Reduzir taxas de homicídios em todas as regiões para um limite de 10 ocorrências por 100.000 habitantes.

- Aumentar a taxa de elucidação de crimes dos atuais 5-10%.

Reduzir ocorrências de roubos e furtos em todos os estados.

Incentivar a “desistência do crime”

- Reduzir taxa de reincidência dos egressos do sistema prisional do atual patamar de 70-80%.

Aumentar a percepção de segurança dos brasileiros

- Aumentar o percentual da população que confia na polícia dos atuais 30% para valores mais próximos ao de países desenvolvidos (~80%).

VI.8. Somente com um esforço integrado e focado em iniciativas chave, com visão sistêmica, viabilizará o alcance das aspirações de Segurança

O quadro a seguir apresenta as bandeiras que podem viabilizar o sucesso das aspirações de segurança.

Quadro 11 - Bandeiras de Segurança Pública

Segurança Pública – Bandeiras	
Conjuntura	<p>Redução de situações de vulnerabilidade</p> <p>1 Atuar na conjuntura atual da criminalidade (causas, circunstâncias), principalmente na redução de desigualdades e vulnerabilidade através da educação</p>
Sistema de Segurança Pública (Justiça Criminal)	<p>Integração e coordenação de organizações atuando em Segurança Pública</p> <p>2 União como coordenadora/ facilitadora da agenda de Segurança</p> <p>3 Engajamento dos municípios pelos estados em Segurança</p>
	<p>Melhoria das informações e maior embasamento analítico em Segurança</p> <p>4 Criação de base nacional, padronizada e integrada de informações</p> <p>5 Maior uso de análises por entes de Segurança para elaboração/ revisão de políticas de Segurança</p>
	<p>Transformação das polícias</p> <p>6 Maior integração entre polícias civil e militar</p> <p>7 Melhoria na gestão e eficiência operacional das polícias</p> <p>8 Transformação da cultura das corporações</p>
	<p>Melhorias nos sistemas judiciário e carcerário</p> <p>9 Transformação da gestão no judiciário</p> <p>10 Revisão de processos do judiciário que impactam demais elos de segurança</p> <p>11 Melhorar a gestão no sistema carcerário, incluindo busca por menores taxas de reincidência</p>

FONTE: Análise da equipe

| 15

- **Atuar na conjuntura atual da criminalidade (causas, circunstâncias), principalmente na redução de desigualdades e vulnerabilidade através da educação:** a prevenção social, principalmente através da redução da vulnerabilidade dos jovens, é um importante fator para redução do fluxo de crimes que afetam o sistema de segurança
- **União como coordenadora/ facilitadora da agenda de Segurança:** participação do governo federal em iniciativas escalonáveis (por exemplo, sistemas, treinamentos) e facilitação do compartilhamento de melhores práticas entre estados pode contribuir para a eficiência das ações de segurança.
- **Engajamento dos municípios pelos estados em segurança:** a maior participação dos municípios pode gerar soluções mais efetivas para o contexto de cada localidade, ampliando a prevenção de crimes (por exemplo, iluminação, ocupação de espaços públicos, planejamento de alocação da guarda municipal, etc.).
- **Criação de base nacional, padronizada e integrada de informações:** boa qualidade de informações pode permitir melhorias nos diagnósticos de segurança, facilitando o planejamento tático de polícias e outros agentes.

- **Maior uso de análises por entes de segurança para elaboração/ revisão das políticas:** o entendimento do fenômeno criminal de forma mais abrangente (*versus* eventos pontuais) é fundamental para o desenho de políticas de segurança mais efetivas
- **Maior integração entre as polícias civil e militar:** uma atuação mais coordenada, com maior alinhamento de planejamentos e ações, pode contribuir para a melhoria das etapas de identificação e investigação dos crimes.
- **Melhoria na gestão e eficiência operacional das polícias:** em conjunto com maior integração, melhoria do desempenho das organizações através de melhorias em gestão pode resultar em taxas de elucidação de crimes mais altas.
- **Transformação da cultura das corporações policiais:** mudanças culturais abordando problemas de corrupção, burocracia e truculência podem contribuir para melhores indicadores finalísticos e melhor percepção da população sobre segurança.
- **Transformação da gestão no judiciário:** o maior uso de indicadores como tempo de resolução de processos, taxas de condenação, entre outros, é um exemplo de práticas de gestão que poderiam contribuir para a melhor eficiência no judiciário e, por consequência, no sistema de segurança.
- **Revisão de processos do judiciário que afetam os demais elos de segurança:** mudanças no judiciário são requisitos para maiores taxas de elucidação de crimes (relação polícias – judiciário) e para racionalização do fluxo de presos no sistema carcerário (relação judiciário – carcerário).
- **Melhorar a gestão no sistema carcerário, incluindo busca por menores taxas de reincidência:** uma gestão mais eficiente dos presídios pode contribuir com uma menor taxa de reincidência de presos, reduzindo o fluxo de crimes no sistema de segurança.

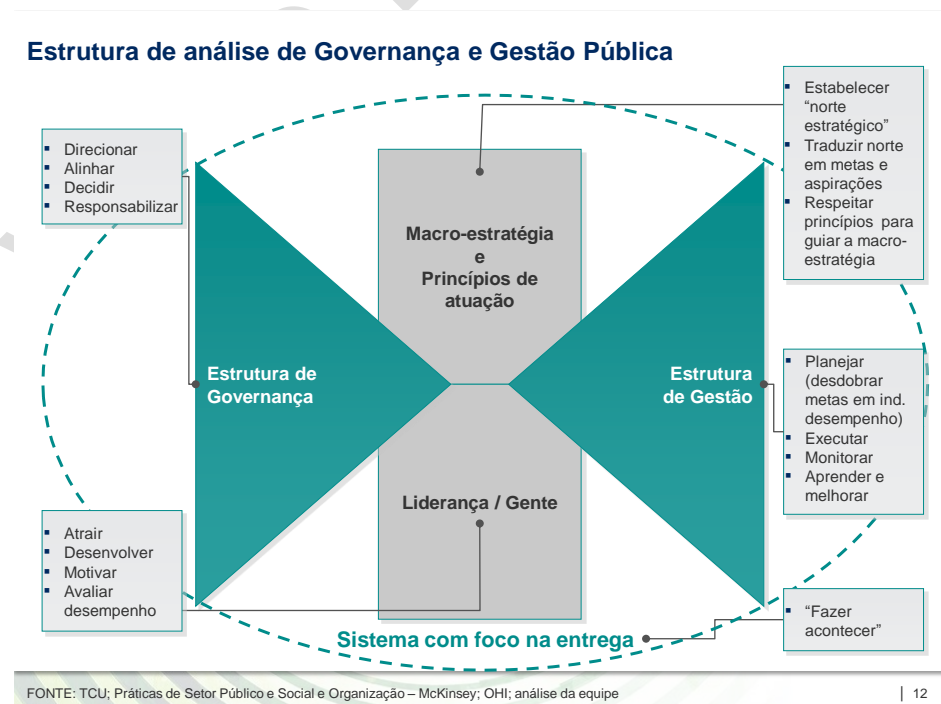
VII. GOVERNANÇA E GESTÃO – Promover maior eficiência e eficácia do setor público através de iniciativas transformadoras de governança e gestão

VII.1. Obtivemos progressos em transparência e gestão, mas há espaço para avanços em macroestratégia, governança e liderança

Desde o fim da década de 90, diversos esforços relacionados ao tema de Governança e Gestão Pública foram iniciados por governos no Brasil. Em 1998, o Plano Plurianual foi regulamentado por decreto presidencial, complementando com processos de planejamento as discussões de orçamento previstas na LOA (Lei Orçamentária Anual). Em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi instituída, seguida por Portal da Transparência em 2004 e Lei da Transparência em 2009. Em 2011, o Brasil passou a integrar a iniciativa global Parceria para Governo Aberto (OGP – Open Government Partnership), e entrou em vigor a Lei de Acesso à Informação, complementando os esforços por maior transparência e visibilidade das ações dos governos.

Adicionalmente, casos de sucesso nacionais como o “Choque de Gestão” em Minas Gerais, agendas estratégicas e novos modelos de gestão em Segurança e Educação em Pernambuco, e prioridades estratégicas na Prefeitura do Rio de Janeiro, são exemplos de ilhas de excelência em gestão que estão se disseminando atualmente no país.

Quadro 12 - Abordagem sistêmica em cinco blocos para análise da Governança e Gestão Pública



VII.2. O Brasil precisa construir um norte estratégico

O governo brasileiro precisa mobilizar-se para a construção de um norte estratégico que englobe três elementos-chave: visão de longo prazo, alinhada com a aspiração para o país; priorização de 5-6 grandes objetivos; e ampla comunicação e alinhamento do norte com os envolvidos no governo e com a sociedade.

A visão de longo prazo deve abranger elementos da aspiração socioeconômica para o país. Deve refletir a visão do país com o qual sonhamos, considerando as complexidades de nossa sociedade e economia. Nos últimos anos, o Brasil buscou metas como redução da pobreza e inclusão social, porém sem uma visão integrada com objetivos e metas claras para todos os principais pilares de desenvolvimento econômico e social.

Quadro 13 - Áreas temáticas para desenvolvimento da aspiração socioeconômica para o Brasil



Ainda, exemplos de países como Reino Unido, Malásia e Chile, que obtiveram êxito em se tornar mais desenvolvidos nos últimos anos, concentraram-se em um conjunto limitado de prioridades para garantir foco no desenvolvimento das áreas mais importantes. No Brasil, a priorização através de programas como o PAC engloba mais de 30 mil empreendimentos, desde projetos estruturantes de infraestrutura até a manutenção de praças públicas, sem identificação/ maior foco nos temas-chave para o longo prazo.

Por fim, há lacunas no alinhamento entre órgãos do governo sobre objetivos de longo prazo a serem perseguidos. O desafio é explicado, em parte, pelo fato da estrutura do governo ser grande e complexa. Também não há uma clara comunicação para a sociedade de um norte estratégico e das implicações. A sociedade não conhece qual é a aspiração de

longo prazo para o país, e como essa aspiração se traduz em indicadores tangíveis e próximos de seu cotidiano.

Há espaço para o Brasil construir um norte estratégico, com decisões pautadas em alguns princípios:

- Transparência e acesso à informação de forma simplificada, alavancando avanços em Portais de Transparência, Lei de Acesso à Informação, etc. para um novo salto de desenvolvimento em transparência, com foco em simplificação de dados e informações mais tangíveis para cidadãos comuns.
- Visão integrada e integral dos gastos públicos, com busca de uma visão completa, propiciando discussão dos trade-offs necessários para na busca da estratégia definida.
- Governabilidade através de estrutura decisória enxuta e ágil, com ajustes no *span of control* de governos para criação e execução da estratégia de forma efetiva.
- Respeito a instituições e contratos, para que decisões de longo prazo sejam tomadas e mantidas, apesar das pressões de curto prazo da sociedade, mídia e intragovernamentais.
- Responsabilização de gestores (*accountability*), promovendo mudança cultural para maior foco em resultados finais no setor público (vs. maior foco em processos)

VII.3. Divisão mais clara de papéis e responsabilidades é fator-chave para governança

Não há uma definição clara de papéis e responsabilidades nos diferentes níveis da gestão pública.

Entre as esferas federal, estadual e municipal: em saúde, por exemplo, apesar da macro-governança definida para gestão do SUS, os especialistas entrevistados atestam que as ações poderiam ser mais bem coordenadas, evitando duplicações e redundâncias.

Dentro das esferas, destacando-se ministérios e agências no nível federal, por exemplo, o etanol é um tema que envolve 12 ministérios. A falta de uma alocação clara de um grande responsável e coordenador para o etanol é uma barreira para o desenvolvimento do potencial dessa fonte de energia, já que as decisões envolvem uma complexidade de agentes e instâncias.

Entre os poderes executivo, legislativo e judiciário: segurança pública, por exemplo, é um setor que apresenta diferentes oportunidades de melhorias de interfaces e papéis entre os poderes. A transformação necessária no sistema carcerário passa por transformações

no sistema judiciário, como maior uso de penas alternativas e menor número de prisões provisórias, que poderiam reduzir a demanda por vagas em presídios de reconhecida situação de superpopulação.

VII.4. Liderança / gente deve ter ajustes processuais e estruturais para permitir uma transformação no funcionalismo

Há três grandes oportunidades na dimensão de liderança/gente: gestão de desempenho; maior planejamento de carreira/ sucessão e formação de líderes; e revisão de leis de isonomia e estabilidade que regem o funcionalismo e que podem criar “incentivos pra não fazer”.

Tais desafios podem ser observados em alguns indicadores de pesquisa com cerca de 300 órgãos do governo federal²¹:

- 46% dos órgãos federais não avaliam o desempenho de seus servidores, e 65% não avaliam o desempenho dos gestores.
- 75% dos órgãos federais escolhem gestores sem se basear em competência e 76% não identificam déficit de competências dos servidores.
- 76% dos órgãos da esfera federal não desenvolvem processo sucessório.

Adicionalmente, as regras atuais regendo o funcionalismo público não oferecem bom balanço entre recompensas e riscos para gestores públicos de alto desempenho, com atitudes empreendedoras para promover grandes mudanças. A recompensa é baixa comparada a manter o *status quo*, já que princípios de isonomia e estabilidade não premiam esforços adicionais dos gestores públicos. Entretanto, o risco é alto para mudanças no *status quo*, incluindo riscos reputacionais e até mesmo patrimoniais, com responsabilização pessoal dos gestores.

VII.5. Bons modelos de gestão existem e podem ser mais difundidos; revisão de vinculações poderia dar mais autonomia a gestores

Há consenso entre especialistas entrevistados de que boas práticas de gestão, como o desdobramento de metas e indicadores, clareza de processos que direcionem a execução, avaliações rigorosas de desempenho (resultados) e processo contínuo de aprimoramento da atuação, ainda são pouco utilizadas em todas as esferas e níveis do governo.

Adicionalmente, especialistas demonstraram preocupação com uma cultura de gestão focada excessivamente em indicadores de processos, em detrimento de indicadores finalísticos de resultados. Nas palavras de um dos especialistas: *“Nosso foco de gestão ainda são processos, e não resultado. Temos metas para construir hospitais, mas não para*

²¹ TCU: Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal (APF)

melhorar a qualidade da saúde. É um foco em indicadores (outputs), e não em resultados (outcomes).”

Diversos especialistas também destacaram preocupação com o modelo de vinculações das receitas do governo a setores específicos:

- *“O tema da vinculação é complicado. Os legisladores de hoje estão tomando decisões que restringem a liberdade de decisões no futuro. Por exemplo, com o envelhecimento da população, em breve vamos gastar mais com hospitais do que com escolas, e vamos precisar da liberdade para priorizar investimentos e gastos”* (Especialista entrevistado)
- *“O gestor público fica em uma situação muito delicada de ter que gastar o orçamento alocado, mesmo que não seja uma divisão adequada pra sua realidade. Nós vemos o resultado no final do mandato: muita compra de ambulância pra saúde e iPad pra educação”* (Especialista entrevistado)

A revisão do modelo atual de vinculação é essencial para dar aos gestores públicos mais liberdade para alocação de recursos, de acordo com a realidade e desafios de seus municípios, estados ou país. Juntamente com princípio de *accountability* (responsabilização por resultados), que é um instrumento para evitar possíveis abusos, a mudança de vinculação pode garantir ao setor público melhores ferramentas para uso mais eficiente e eficaz dos recursos públicos na busca de serviços de qualidade, de acordo com as demandas da população.

VII.6. Sistemas com foco na entrega podem integrar elementos para “fazer acontecer”

No Brasil, há exemplos emblemáticos de sistemas com foco na entrega no setor público. Na esfera federal, o TCU é um exemplo de órgão que passou por uma grande transformação nos últimos anos, alinhando seus processos e gestão de talentos à estratégia de longo prazo construída para a instituição. Em Minas Gerais, o Escritório de Prioridades Estratégicas teve papel fundamental na implementação do “Choque de Gestão”. Em Pernambuco, ciclos de monitoramento e “salas de guerra” permitem o acompanhamento constante da agenda estratégica definida para o estado (Todos por Pernambuco). A Prefeitura do Rio de Janeiro conta com um Escritório para Gerenciamento de Projetos, com processos de acompanhamento de projetos selecionados e rotinas especiais para gerenciamento de crises.

Tais exemplos ainda são vistos como exceção no setor público, com potencial de serem expandidos dentro dos governos federal e estadual, contribuindo para a melhor execução dos planos estabelecidos.

VII.7. Podemos sonhar com uma transformação na Governança e Gestão pública

É possível sonhar com duas grandes aspirações para transformar o cenário da Governança e Gestão Pública no Brasil:

- Alcançar melhores resultados no setor público brasileiro, com o Brasil sendo reconhecido por seu esforço de transformação desse setor. Sonhamos com um Brasil no primeiro quartil do ranking do Banco Mundial (eficácia do governo) e do Fórum Econômico Mundial (efetividade do setor público). O país deverá buscar uma maior eficiência e eficácia dos gastos públicos
- Maior envolvimento da população brasileira na governança e gestão pública; a sociedade terá maior entendimento sobre os problemas enfrentados, e estará ativamente engajada no monitoramento e cobrança de seus representantes em todas as esferas (federal, estadual, municipal) e áreas (educação, saúde, segurança, entre outras).

VII.8. Iniciativas nas cinco dimensões de análise de Governança e Gestão são necessárias para gerar a mudança no setor público

Nossa proposta abrange um grupo de onze bandeiras na busca das melhorias necessárias em Governança e Gestão Pública.

Quadro 14 – Bandeiras de Governança e Gestão Pública

Governança e Gestão Pública – Bandeiras	
Principais linhas de atuação	
Macro-estratégia e Princípios de atuação	<ol style="list-style-type: none"> 1 Definir um processo contínuo de criação / atualização de um sonho para sociedade brasileira 2 Promover mecanismos para criação / atualização de metas de longo prazo sob responsabilidade direta do governo 3 Promover princípios de atuação para todos envolvidos na administração pública <ul style="list-style-type: none"> – Transparência e acesso à informação de forma simplificada – Visão integrada e integral dos gastos públicos – Governabilidade através de estrutura decisória enxuta e ágil – Respeito a instituições e contratos – Responsabilização de gestores (<i>accountability</i>)
Estrutura de Governança	<ol style="list-style-type: none"> 4 Definir responsáveis para iniciativas inter-ministeriais (ex.: promoção do etanol) 5 Rever divisão de papéis e responsabilidades para melhoria de programas públicos (ex.: SUS) 6 Promover melhor coordenação entre poderes para melhoria de serviços (ex.: sistema carcerário)
Liderança / Gente	<ol style="list-style-type: none"> 7 Discutir e promover alternativas de reforma do funcionalismo público 8 Criar plano de atração e desenvolvimento de pessoas 9 Instituir modelo de contratualização de resultados
Estrutura de Gestão	<ol style="list-style-type: none"> 10 Garantir um equilíbrio entre foco em indicadores de resultado e foco em indicadores de processo na gestão pública <ul style="list-style-type: none"> – Criar um processo de avaliação de políticas públicas com foco no resultado – Rever os processos licitatórios e de contratação para que resultados finalísticos sejam incorporados nas avaliações – Rever o papel de órgãos de controle, garantindo foco na avaliação do resultado de decisões, sem questionamento do mérito de organizações/decisores
Sistema com foco na entrega	<ol style="list-style-type: none"> 11 Definir um órgão responsável e uma dinâmica de acompanhamento para metas prioritárias no governo federal

FONTE: Análise da equipe

| 96

VII.8.1. Macro-estratégia e Princípios de atuação

- **Definir um processo contínuo de criação / atualização de um sonho para sociedade brasileira:** É necessário institucionalizar discussões no governo para criação e atualização de sonhos de longo prazo para o país, envolvendo e engajando a sociedade civil nesse processo. Por exemplo, na Malásia, o governo federal publica relatórios periódicos com atualização sobre grandes prioridades nacionais, permitindo maior engajamento dos cidadãos no sonho de longo prazo para país.
- **Promover mecanismos para criação / atualização de metas de longo prazo sob responsabilidade direta do governo:** Com base no sonho desenhado para o país, é preciso tangibilizar um norte estratégico necessário guiando atuação de governos para que esse sonho seja atingido. Por exemplo, mecanismos como PPA poderiam ser expandidos para maior discussão de estratégias e metas, além da discussão orçamentária já existente.
- **Promover iniciativas que reforcem princípios de atuação para todos envolvidos na administração pública:** Diversas iniciativas podem ajudar a reforçar princípios de atuação que deverão ser mais promovidos no setor público, dentre elas: (i) Garantir disponibilização de indicadores finalísticos para população em geral, com nível de granularidade e detalhamento regional adequados, cobrindo áreas prioritárias de forma mais tangível (ex.: qualidade das escolas, tempo de espera em hospitais, etc.), eliminando complexidade e dificuldade de interpretação para “cidadão comum” das informações atuais em portais de transparência; (ii) Promover maior visibilidade e entendimento dos gastos

públicos, com critério padronizado de contabilização e reporte (subsídios, etc.), permitindo uma visão completa dos gastos para tomada de decisões com visibilidade de todos *trade-offs*; (iii) Adequar o *span of control* da presidência, reduzindo o número de ministérios de acordo com melhores práticas internacionais (~20 ministérios) ou agrupamento ministérios para reporte (ex.: “super-ministérios”), facilitando interações entre presidência e ministérios para discussão de temas chave em cada área; (iv) Revisões de decisões de longo prazo à luz de pressões de curto prazo ou mudança de regras em contratos pré-estabelecidos (ex.: setores regulados), especialmente em iniciativas que visam atração de investimento; (v) Revisão de sistemas de incentivos e metas no funcionalismo público, aumentando foco em resultados e *accountability* de gestores.

VII.8.2. Estrutura de Governança

- **Definir grandes responsáveis por iniciativas inter-ministeriais (ex.: promoção do etanol):** Temas que envolvem múltiplos ministérios podem encontrar grandes desafios de alinhamento e comunicação atualmente, impactando definição e execução de estratégias. Uma melhor definição de papéis e responsabilidades no governo federal pode mitigar tais desafios, com definição mais clara de lideranças por tema/ iniciativa.
- **Rever divisão de papéis e responsabilidades para melhoria de programas públicos (ex.: SUS):** Diversos setores apresentam oportunidades de ganhos de eficiência e eficácia através de melhor divisão de papéis e responsabilidades entre esferas federal, estadual e municipal. Por exemplo, em Segurança Pública, a União poderia exercer maior papel de coordenação, co-investindo com estados em iniciativas escalonáveis, como sistemas de informação e treinamentos.
- **Promover melhor coordenação entre poderes para melhoria de serviços (ex.: sistema carcerário):** Além da coordenação entre esferas, uma visão sistêmica de alguns setores e melhor coordenação entre poderes pode gerar melhorias de serviços e programas. Por exemplo, em Segurança Pública, especialistas são unânimes em afirmar que a transformação dos presídios necessita de ações coordenadas entre executivo e judiciário, envolvendo discussão de penas alternativas, progressão de regime, etc.

VII.8.3. Liderança / gente

- **Discutir e promover alternativas de reforma do funcionalismo público:** Promover revisão de leis que regem estabilidade e isonomia no funcionalismo público, revendo balanço entre risco e recompensa para promover atitudes empreendedoras para transformação da Governança e Gestão no setor público.
- **Criar plano de atração e desenvolvimento de pessoas:** A exemplo de iniciativas implementadas por governos de outros países (ex.: programas de

trainees no Reino Unido, processos de avaliação de desempenho em Cingapura, entre outros) e casos de sucesso nacionais (ex.: uso de salário variável e recompensas não-monetárias como transferências e cursos de especialização em órgãos como TCU), implementar iniciativas focadas na atração e desenvolvimento de pessoas, garantindo provimento de talentos que executarão as estratégias planejadas no setor público. Mais especificamente, “processos de gente” devem ser instituídos, garantindo constante identificação, formação e movimentação (promoções, transferências) de talentos na máquina pública. Esses “processos de gente” podem ser geridos de acordo com segmentos de funcionários analisados, com processo diferenciado para gestores de alta performance que poderão ocupar posições de liderança no setor público.

- **Instituir modelo de responsabilização pelo resultado dos gestores públicos:** À luz do princípio de *accountability* e em conjunto com transformações em leis que regem funcionalismo público, instituir e disseminar modelos de responsabilização por resultados junto a gestores públicos, com uso de gestão de desempenho e outras boas práticas de gestão de pessoas para garantir maior foco em resultados finalísticos, e, em última instância, promover melhorias na qualidade dos serviços prestados à população.

VII.8.4. Estrutura de Gestão

- **Garantir um equilíbrio entre foco em indicadores de resultado e foco em indicadores de processo na gestão pública:** Como citado por especialistas, a cultura atual de gestão pública parece promover um grande foco em processos (*outputs*) vs. resultados (*outcomes*). Ferramentas como avaliação de custo-benefício de programas/ projetos, além de melhorias na definição de papéis e responsabilidades de envolvidos na administração pública podem contribuir para um melhor equilíbrio entre foco em indicadores de resultado e processo na gestão pública.

VII.8.5. Sistema com foco na entrega

- **Definir um órgão responsável e uma dinâmica de acompanhamento para metas prioritárias no governo federal:** Especialistas entrevistados afirmaram que não há clareza sobre órgão que deveria ter responsabilidade principal sobre acompanhamento de metas prioritárias no governo. Da mesma forma, não há dinâmicas e rotinas bem estabelecidas para garantir acompanhamento e envolvimento de líderes de maneira adequada e estruturada. Em linha com conceitos de sistema com foco na entrega, tais definições de órgão responsável e dinâmica poderiam contribuir enormemente para “fazer acontecer”, ajudando governos na execução de estratégias no dia-a-dia.

VIII. SUSTENTABILIDADE

VIII.1. A estreita relação entre sustentabilidade e competitividade do País

Desenvolvimento sustentável é definido pela Organização das Nações Unidas como aquele que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Sob esta ótica, estabelecer uma visão de longo prazo para o Brasil que queremos é um pré-requisito fundamental para termos uma trajetória de desenvolvimento sustentável.

Na virada do século foi cunhado o termo “tripé de sustentabilidade” para expressar a necessidade de se pensar sustentabilidade não somente do ponto de vista ambiental, mas também social e econômico. Além dessa perspectiva expandida, optamos por uma abordagem transversal de sustentabilidade sobre as frentes tratadas neste estudo: Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura, Educação, Saúde, e Segurança Pública.

Em nossa proposta de abordar sustentabilidade de forma sintética e objetiva, um tema se mostra recorrente por toda a narrativa: a análise de sustentabilidade como o desenvolvimento de uma perspectiva de longo prazo que considera todos os custos do ciclo de vida de um produto ou atividade, incluindo também a atribuição de valores às externalidades geradas. Desta forma, aprofundar e detalhar aspectos de sustentabilidade em um sonho para o Brasil do futuro não é, de maneira alguma, um exercício utópico ou ideológico. **A reflexão sobre sustentabilidade no Brasil é, na realidade, uma reflexão muito concreta sobre a competitividade de longo prazo do país.**

VIII.2. Desenvolvimento econômico sustentável

Existe atualmente uma discussão em aberto sobre a melhor forma de se medir o desenvolvimento econômico de uma nação. Métricas afetam decisões e, portanto, métricas falhas podem levar a decisões incorretas. O dilema entre aumentar o PIB e proteger o meio ambiente, por exemplo, pode vir a se provar um falso dilema caso o custo da devastação ambiental seja incorporado de forma correta na mensuração do desempenho econômico de um país. O grande desafio é considerar a complexidade das diversas variáveis em questão de forma sucinta, objetiva e compreensível. O governo pode ter um papel importante não só na revisão das métricas, mas também na disseminação de iniciativas neste sentido que surgem na esfera privada - a exemplo da integração do custo de externalidades nos reportes financeiros das empresas. Assim, é possível incluir

sustentabilidade na agenda de desenvolvimento econômico do País mesmo que não haja consenso total com relação às métricas estabelecidas.

Além de direcionar decisões através do estabelecimento de métricas apropriadas, o Brasil deve buscar aprofundar o diálogo em temas importantes como:

- Agregação de valor na cadeia de produção como uma forma importante de promover a sustentabilidade, já que setores com maior grau de sofisticação tendem a consumir menos recursos naturais do país por unidade de riqueza gerada. Isso não quer dizer que o Brasil deva investir menos nos setores como agronegócio onde tem liderança mundial, mas sim fomentar ainda mais o desenvolvimento de alto valor agregado para complementar a matriz de produção do país.
- Tributação diferenciada como um dos principais mecanismos à disposição do Estado para orientar a produção e consumo para tecnologias sustentáveis e precificar o uso dos recursos naturais que são a base de competitividade de vários setores críticos para a economia do país.
- O papel do país em relação ao aquecimento global, dado o impacto que tem na economia. Em geral, pode-se afirmar que os custos de adaptação às mudanças climáticas são substancialmente maiores do que os custos de mitigação do aquecimento global. O Brasil, que tem grande participação do agronegócio na matriz produtiva e alta parcela da população concentrada no litoral, supostamente tem uma grande vulnerabilidade à mudança climática e, portanto, um custo elevado de adaptação da economia. Portanto, no longo prazo o desenvolvimento econômico do País pode ser seriamente comprometido caso uma visão preventiva de mitigação às mudanças climáticas não prevaleça de forma abrangente.
- Por fim, a capacidade do país em manter sua estabilidade financeira é outro tema central na discussão de sustentabilidade em desenvolvimento econômico. Destaca-se aqui a necessidade de se realizar uma reforma na previdência, a maior despesa do setor público²², e que tende a aumentar mais conforme aumenta expectativa de vida da população.

²² Mansueto Almeida, Balanço do Setor Público Nacional, 2011

VIII.3. Investimento sustentável em infraestrutura

VIII.3.1. Energia

O Brasil é o 9º maior consumidor de energia elétrica do mundo, mas possui uma das matrizes energéticas mais limpas e com um grande potencial a ser explorado. Os grandes desafios que o Brasil enfrenta no setor elétrico são: (i) garantir que o aumento planejado de fontes renováveis se concretize na prática, (ii) assegurar que a expansão de grandes hidrelétricas, responsável por grande parte do crescimento da produção renovável, seja conduzida de forma a minimizar os impactos ambientais, (iii) buscar minimizar o impacto da produção de energia elétrica por meio de combustíveis fósseis, (iv) buscar reduzir o crescimento da geração de energia elétrica através da melhoria da eficiência energética.

VIII.3.2. Transporte

Se por um lado precariedade da infraestrutura de transportes no Brasil evidentemente representa um grande desafio para o nosso desenvolvimento, por outro lado o Brasil tem condições de construir parte significativa da sua infraestrutura de transportes já considerando, desde a sua concepção, aspectos de sustentabilidade. Garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica no longo prazo da infraestrutura de transportes de carga passa por investir e incentivar a escolha por modais mais eficientes como ferroviário e hidroviário, e pela melhoria da eficiência energética dos motores.

VIII.3.3. Abastecimento de Água

O Brasil possui 13% dos recursos hídricos superficiais do planeta, mas 73% deles concentram-se na bacia hidrográfica amazônica, onde habita apenas 4% da população brasileira²³. Ademais, a sustentabilidade do sistema de abastecimento de água depende de condições climáticas que podem ser afetadas pelo aquecimento global. Assim, decisões relacionadas à infraestrutura de abastecimento de água que considerem sua dinâmica eminentemente local e uma perspectiva de longo prazo tendem a privilegiar iniciativas relacionadas à redução de perdas na rede, uso racional da água e reuso de água residual doméstica e industrial, ao invés do investimento para acessar fontes de abastecimento cada vez mais distantes dos centros urbanos.

²³ Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2012

VIII.3.4. Saneamento básico

A sustentabilidade das condições sociais da população de um país passa inevitavelmente pela necessidade de investimentos em saneamento básico. Até mesmo o desenvolvimento econômico é influenciado pela infraestrutura de saneamento, que é uma precursora fundamental da densidade urbana e correspondente valor econômico. As condições de saneamento básico no Brasil são precárias e extremamente desiguais entre as diferentes localidades do País. O Brasil já apresentou avanços importantes como, por exemplo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2011. É fundamental, contudo garantir que a lei seja plenamente aplicada e que as iniciativas não se concretizem apenas no papel.

VIII.4. Sustentabilidade e saúde

No Brasil, a relevância de doenças crônicas, de tratamento mais complexo e oneroso, tende a crescer significativamente devido ao envelhecimento e à transformação do estilo de vida da população. Neste contexto, a discussão sobre sustentabilidade em saúde passa por três grandes temas.

O primeiro é a criação políticas de saúde pública que, para lidar com esta mudança no perfil demográfico e a prevalência de doenças crônicas, tragam um foco cada vez maior em prevenção através da promoção de hábitos saudáveis e iniciativas de bem-estar social que ultrapassam em muito os muros dos hospitais. Um exemplo é o planejamento urbano que incentive a utilização de transporte público e ciclovias. O segundo grande tema se refere à necessidade de se produzir a mão-de-obra qualificada necessária para atender a demanda no longo prazo e lidar com o novo cenário que está por vir. Por fim, é necessário que haja uma reflexão sobre a viabilidade financeira de se manter um sistema que oferece serviços totalmente gratuitos de forma irrestrita – principalmente tendo em vista os objetivos de melhoria de qualidade.

VIII.5. Educação como um pilar para sustentabilidade

A inter-relação entre as temáticas de sustentabilidade e educação pode ser analisada sob dois ângulos. O primeiro reflete sobre como a educação pode ser uma ferramenta para tornar a sociedade como um todo mais sustentável. A transformação do cenário atual de baixa sofisticação da economia é um dos pilares para atingirmos os patamares de crescimento econômico que desejamos para o futuro, e cadeias de produção com maior valor agregado e aplicação de tecnologias inovadoras requerem mão-de-obra especializada e de alta produtividade - o que só pode ser atingido através da educação de qualidade em larga escala. Ademais, as escolas brasileiras desempenham um papel central na promoção dos valores,

conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a conquista da sustentabilidade socioambiental e melhoria da qualidade de vida no longo prazo. Diversos outros atores sociais também estão envolvidos, e a criação de um único órgão gestor para a Política Nacional de Educação Ambiental foi uma conquista importante. É indispensável, contudo, que o País garanta que as iniciativas sejam concretizadas e tenham continuidade.

O segundo ângulo para se refletir sobre sustentabilidade e educação se refere à capacidade do próprio sistema se manter e evoluir ao longo do tempo. O aumento do investimento em educação dos últimos anos foi importante para ampliar o acesso à universalização, mas não demonstrou impacto semelhante na melhoria da qualidade da educação. Estabelecer e buscar alcançar prioridades claras para realizar o ideal de educação, como as recomendadas neste estudo, configura um grande passo para minimizar o desperdício dos recursos alocados. Além do aspecto financeiro, é indispensável reverter duas tendências observadas atualmente que podem ameaçar a evolução do sistema educacional no longo prazo: a desvalorização cultural e social do professor, que dificulta a atração de profissionais talentosos para a carreira, e a falta de engajamento dos pais na educação dos filhos, que tem grande impacto no aprendizado do aluno.

VIII.6. Segurança enquanto requisito básico para sustentabilidade

Assim como a saúde e a educação, a segurança pública é um dos grandes pilares para o desenvolvimento econômico e social de um país no longo prazo. As condições de segurança são responsáveis pela estabilidade social e política do País, promovendo o estabelecimento de um ambiente propício para negócios, o bem-estar e saúde da população, e a solidez de instituições políticas e sociais.

A discussão sobre sustentabilidade e segurança pública passa em primeiro lugar pela abordagem sistêmica como o melhor caminho para promover a segurança e reduzir a criminalidade no longo prazo. Ainda que a prevenção social não constitua uma solução única para os desafios de segurança, os benefícios dos investimentos em educação e apoio a famílias em situação vulnerável são evidentes. Uma vez no sistema prisional, o foco na recuperação e reinserção do preso na sociedade é fundamental. Além da economia de custos no longo prazo, esta abordagem sistêmica também tem claros impactos na qualidade de vida das gerações futuras.

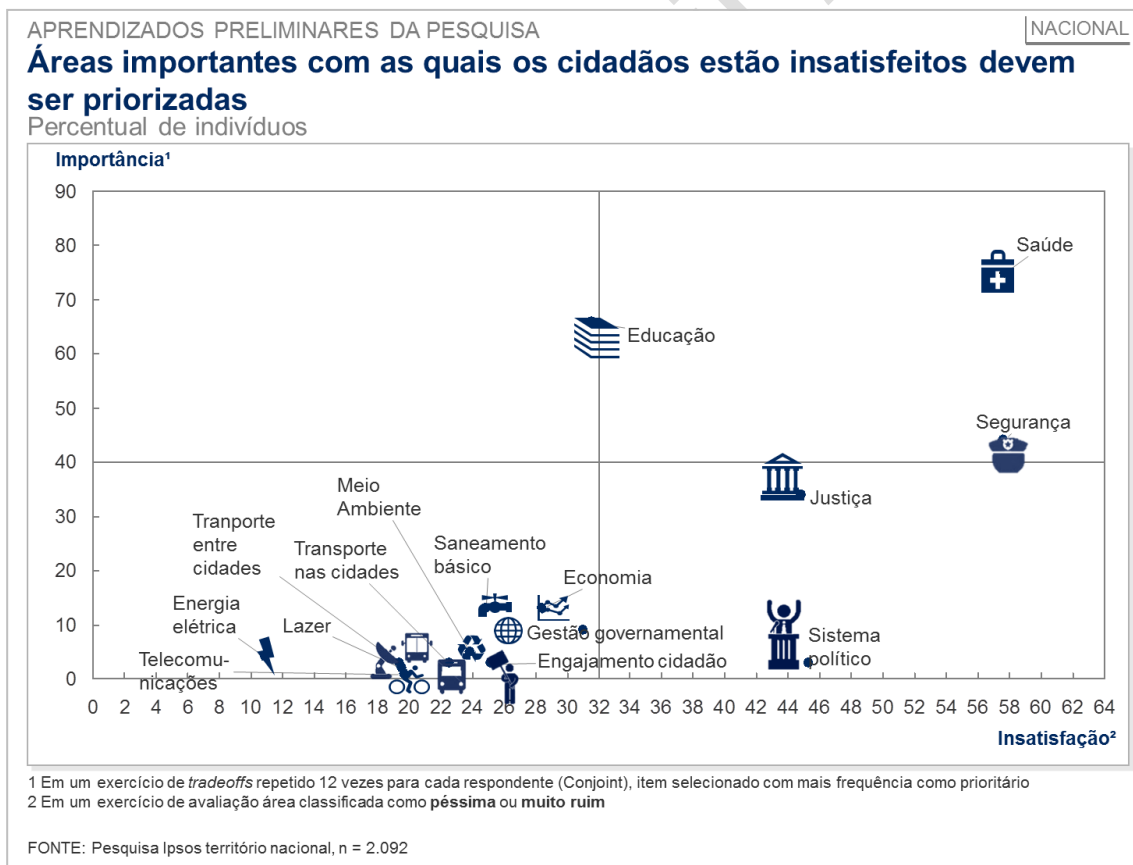
O segundo grande tema é a possibilidade do sistema de segurança brasileiro garantir sua própria estabilidade ao longo do tempo, principalmente através da reversão do ciclo vicioso atual de perda de credibilidade, que vai além da esfera criminal e abala o ambiente institucional e legal do País como um todo.

IX. PESQUISA COM CIDADÃOS - Entendendo as prioridades e atitudes da sociedade Brasileira

Se por um lado o empenho dos gestores públicos na perseguição das metas aqui discutidas é fundamental para seu atingimento, por outro, o **engajamento da população** brasileira em sua cobrança se faz um complemento natural e necessário. Para tanto, é preciso primeiro entender as principais **necessidades da população** e desvendar os melhores caminhos para envolvê-la e engajá-la. Nesse sentido, a realização de pesquisas junto aos cidadãos é o primeiro passo para consolidar o entendimento do que a sociedade pensa e deseja.

Uma **pesquisa inédita** que combinou técnicas qualitativa e quantitativa e entrevistou pessoas em todo o Brasil, revelou as principais prioridades e insatisfações dos brasileiros, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 15 – Importância vs. Insatisfação das áreas analisadas segundo os cidadãos



Conforme vemos no Quadro 9, **Saúde e Segurança** foram áreas prioritárias na visão dos cidadãos, pois têm alta importância relativa e também alto grau de insatisfação na atualidade. Um plano de **engajamento bem sucedido** deve, portanto, ser capaz de trazer

respostas aos **anseios evidentes** da atualidade dos cidadãos, mas também poder **conscientizá-los** da necessidade de foco em áreas que sejam de alta importância para o desenvolvimento do país mas que, não estejam necessariamente identificadas como prioritárias na percepção dos cidadãos de hoje. Modelos como o apresentado na Figura 9 tornam-se, portanto, um mapa para orientar o **esforço de comunicação** necessário para cada uma das áreas abordadas no documento.

Além do entendimento das prioridades em um contexto geral, é preciso ter **sensibilidade às diferenças** dos diversos grupos existentes na sociedade. Embora sejamos todos brasileiros, cada pessoa é única e tem necessidades diferentes das demais. Com base nisso, usamos também **técnicas avançadas de segmentação**, já usadas nos processos de comunicação voltados ao setor privado, para **ver o brasileiro não só geograficamente, por renda ou por comportamento, mas também por atitude**.

Assim, identificamos a existência de **atitudes polarizadoras** entre os brasileiros que dados demográficos não são capazes de detectar, como o nível de **satisfação** e **otimismo** em relação ao país, o grau de **interesse** e **engajamento** em **política**, percepções em relação a **programas assistenciais** e posicionamento frente a temas **polêmicos** como **pena de morte e porte de armas**.

De forma global as pessoas se mostraram **otimistas em relação ao futuro do país**: 78% dos respondentes declaram que o Brasil estará melhor ou muito melhor no ano de 2030 e apenas 7% acreditam que ficará pior ou muito pior, no entanto, essa atitude não é uniforme quando analisada dentro de cada um dos 7 segmentos que foram identificados no estudo (veja a próxima seção). Da mesma maneira, 62% da população brasileira se mostraram **favoráveis a programas assistencialistas como o Bolsa Família**, ainda que representem um alto gasto para o governo, porém o grau de apoio ao programa varia consideravelmente por segmento.

A fase quantitativa das pesquisas contou com **2.092 entrevistadas** em 51 cidades e foi realizada entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014. Para coleta das entrevistas, a abordagem escolhida foi a de *face to face* domiciliar, ou seja, visitamos as pessoas em suas casas para ouvi-las. A fase qualitativa, anterior à quantitativa, reuniu quatro grupos focais com pessoas de 16 a 85 anos, das classes A, B e C, em praças selecionadas - São Paulo (SP), Bragança Paulista (SP), Recife (PE) e Caruaru (PE). A técnica de **Discussão em Grupo** foi recomendada devido à característica do estudo, pois é uma ferramenta que permite **explorar motivações, comportamentos, desejos e necessidades dos participantes**.

IX.1. Os sete segmentos da população brasileira

A segmentação é uma ferramenta que divide a população em **subgrupos com características significantes em comum** entre os indivíduos. É importante que os perfis sejam claramente diferentes entre si e que não possuam grande diferença entre o número de indivíduos em cada segmento. Esta técnica é especialmente útil quando existe heterogeneidade populacional, pois orienta a tomada de decisões por meio da explicitação

de **interesses e motivações individuais** e também esclarece quais **mensagens dar para cada segmento** ou em que região focar.

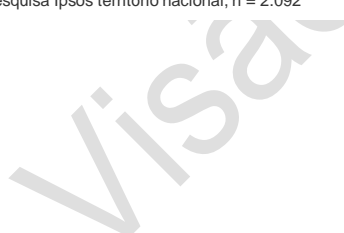
O resumo do resultado desta inédita segmentação da população brasileira com características atitudinais comuns e relevantes está apresentado no Quadro 10.

Quadro 16 – Segmentação da população

Segmento	1 Lado bom da vida	2 Pais de família satisfeitos	3 Otimistas em ascensão	4 Críticos descrentes	5 Viver o momento	6 Manifestantes universitários	7 Céticos tradicionais
Satisfação com o Brasil / Otimismo	▪ Felizes em viver no Brasil	▪ Satisfeitos com o Brasil	▪ Otimistas em relação ao futuro	▪ Insatisfeitos e pessimistas sobre o futuro	▪ Nem otimistas nem pessimistas	▪ Pessimistas em relação ao futuro	▪ Menos satisfeitos com suas vidas que a média
Engajamento em ideias políticas	▪ Se mantêm informado e discutem temas políticos	▪ Não se interessam por política	▪ Discutem temas políticos	▪ Se mantêm informados e discutem temas políticos	▪ Não se interessam por política	▪ Não se interessam por política	▪ Não se interessam por política
Engajamento em ações sociais	▪ Se engajam em causas nas quais acreditam	▪ Não se envolveriam em uma revolução para mudar o país	▪ Não costumam doar fundos para ONGs	▪ Não se envolveriam em uma revolução para mudar o país	▪ Aceitariam os riscos de uma revolução para mudar o país	▪ Se engajam em causas nas quais acreditam	▪ Não costumam doar fundos para ONGs
Porte de armas e pena de morte	▪ Fortemente contra o porte de armas	▪ Fortemente contra o porte de armas	▪ Fortemente contra a pena de morte e o porte de armas	▪ Favoráveis ao porte de armas e à pena de morte	▪ Favoráveis à pena de morte e contrários ao porte de armas	▪ Favoráveis ao porte de armas e contrários à pena de morte	▪ Favoráveis ao porte de armas
Outras características	▪ 35% são evangélicos	▪ 24% recebem bolsa família ▪ 61% são mulheres	▪ 63% acham que a economia melhorou nos últimos 5 anos	▪ Apenas 38% acham que o país estará melhor no futuro	▪ 53% preferem viver o presente	▪ 25% participaram das manifestações	▪ 3 em cada 4 são a favor do porte de armas
Renda familiar vs. média	% 106	% 76	% 97	% 105	% 91	% 124	% 100
Percentual da população	19	14	17	18	12	9	12

1 População adulta 16-85 anos

FONTE: Pesquisa Ipsos território nacional, n = 2.092



IX.2. Conectando os pilares da transformação com a população

Como discutido anteriormente, para garantir que o sonho do cidadão brasileiro se torne uma realidade concreta, será necessário passar por transformações em cada uma das áreas de desenvolvimento descritas. Se por um lado a solução técnica de cada área pode requerer sacrifícios em alguns momentos, por outro sabemos pelas pesquisas que os cidadãos têm percepções bem definidas sobre suas prioridades e expectativas claras, em especial no que tange aos serviços públicos, muito ligados às expectativas decorrentes da ascensão social, econômica e cidadã. Sendo assim, é preciso entender o ponto de partida dos cidadãos ao implementar as soluções de cada um dos pilares.

Entre os assuntos apresentados, identificamos três grupos com características diferentes:

- Temas de grande importância técnica que já constam na pauta de prioridades dos cidadãos, como no caso de saúde e segurança
- Temas importantes tecnicamente que não estão entre as prioridades da população, como no caso de desenvolvimento econômico, infraestrutura, gestão e governança
- Temas onde existe uma desconexão entre a percepção da população e os resultados do diagnóstico técnico, como no caso de educação

Para cada um desses grupos, será necessário traçar estratégias diferentes de engajamento da população.

X. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil encontra-se mais uma vez em um momento crítico de sua história. O país encontra-se na vitrine, exposto para o mundo. A mídia internacional tem dedicado elevado grau de exposição para os seus sucessos e os seus fracassos. Os eventos esportivos trouxeram e trarão ainda mais exposição para o país. Enquanto isso a população demonstra claramente sua insatisfação com a qualidade dos serviços públicos e com sua própria qualidade de vida.

O país mudou seu patamar de discussão em relação aos últimos 20 anos. Não é mais o momento de discutir uma estabilização mínima da economia, nem de reduzir a miséria absoluta. A sociedade evoluiu, e apresenta novos desejos. Ela quer um sistema de saúde eficiente; quer uma garantia de segurança para ir e vir; quer ver seus filhos mais educados e capazes de buscar melhores empregos; quer ter serviços públicos de alta qualidade; e em última instância, quer um sistema de gestão pública que seja capaz de entregar isso para ela. Para atender todos esses anseios, será necessário aprofundar o nível da discussão. O básico já foi feito, somos agora um país de renda média. Será necessário ir além para dar o próximo salto.

Esse relatório buscou mostrar uma série de desafios e propostas nos temas de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura, Educação, Saúde, Segurança Pública e Gestão Pública. Acreditamos que estes pilares são a fundação para que o país possa chegar a 2030 como um país pertencente ao grupo de países desenvolvidos, com crescimento próspero, inclusivo e sustentável.

Sabemos que esse caminho não será tão simples quanto descrito aqui de maneira sintética. Cada uma das reformas destacada aqui como prioridade necessita de detalhamento, e sua execução será uma tarefa árdua. Muitas das ideias aqui apresentadas já são de conhecimento público e algumas já foram inclusive tentadas por políticos, com limitado grau de sucesso.

Como já destacado na sessão de pesquisa com cidadãos, algumas reformas serão populares entre os diversos setores da sociedade. Outras necessitarão de um maior esforço de engajamento e comunicação, tanto por parte da sociedade quanto dos políticos, empresários e especialistas.

Acreditamos, entretanto, que elas são essenciais para que o país possa mudar seu nível de desenvolvimento, e por isso devem ser buscadas com afinco. O momento e a oportunidade são únicos. Será necessário coragem para dar o próximo salto.

X.1. As principais bandeiras

X.1.1. Desenvolvimento econômico

- Aumentar a taxa de investimentos para 25% do PIB

- Aumentar a taxa de investimento em infraestrutura para 5-6% do PIB
- Conter o crescimento dos gastos públicos correntes em proporção do PIB
- Reduzir o custo e a dificuldade de fazer negócios no Brasil
- Reorganizar o sistema tributário
- Reconectar o Brasil ao mundo
- Rever estratégias de fomento para aumento da produtividade
- Reduzir a desigualdade e melhorar as condições de vida da população
- Assegurar que o crescimento seja sustentável para o planeta

X.1.2. Educação

- Melhorar a experiência da aprendizagem
- Garantir um ambiente apropriado para o aprendizado
- Expandir a instrução para além da escola

X.1.3. Saúde

- Promover a saúde e não apenas tratar a doença
- Garantir acesso a um sistema de saúde de qualidade
- Investir em gerir bem a saúde

X.1.4. Segurança Pública

- Atuar na conjuntura atual da criminalidade (causas, circunstâncias), principalmente na redução de desigualdades e vulnerabilidade através da educação
- União como coordenadora/ facilitadora da agenda de Segurança
- Engajamento dos municípios pelos estados em segurança
- Criação de base nacional, padronizada e integrada de informações
- Maior uso de análises por entes de segurança para elaboração/ revisão das políticas
- Maior integração entre as polícias civil e militar
- Melhoria na gestão e eficiência operacional das polícias
- Transformação da cultura das corporações policiais

- Transformação da gestão no judiciário
- Revisão de processos do judiciário que afetam os demais elos de segurança
- Melhorar a gestão no sistema carcerário, incluindo busca por menores taxas de reincidência

X.1.5. Governança e gestão

- Definir um processo contínuo de criação / atualização de um sonho para sociedade brasileira
 - Promover mecanismos para criação / atualização de metas de longo prazo sob responsabilidade direta do governo
 - Promover iniciativas que reforcem princípios de atuação para todos envolvidos na administração pública
 - Definir grandes responsáveis por iniciativas inter-ministeriais (ex.: promoção do etanol)
 - Rever divisão de papéis e responsabilidades para melhoria de programas públicos (ex.: SUS)
 - Promover melhor coordenação entre poderes para melhoria de serviços (ex.: sistema carcerário).
 - Discutir e promover alternativas de reforma do funcionalismo público
 - Criar plano de atração e desenvolvimento de pessoas
 - Instituir modelo de responsabilização pelo resultado dos gestores públicos
 - Garantir um equilíbrio entre foco em indicadores de resultado e foco em indicadores de processo na gestão pública
- Definir um órgão responsável e uma dinâmica de acompanhamento para metas prioritárias no governo federal

X.2. As reformas necessárias

Para sustentar os pilares de desenvolvimento discutidos anteriormente, serão necessárias uma série de reformas estruturantes, que buscam resolver os gargalos críticos para o desenvolvimento Brasileiro. Essas reformas foram apresentadas em cada aspiração, entretanto acreditamos que algumas delas merecem destaque:

- Rediscussão do nível de **vinculação do orçamento** e da consequente falta de poder de decisão do executivo
- Transformação do **sistema de funcionalismo público** com foco num modelo baseado em desempenho e resultado
- **Reforma administrativa**, com revisão dos papéis dos ministérios
- Revisão do modelo de **compras públicas**
- **Simplificação e padronização tributária**
- Alteração das **regras previdenciárias**
- Revisão da **regra de aumento salário mínimo**
- Revisão da **lei do ato médico** para permitir que outros profissionais tenham papel mais relevante no sistema
- **Reestruturação da carreira do professor**
- **Base curricular comum na educação**
- Criar **arcabouço regulatório e legal** para **permitir a integração das polícias**
- Implementação de uma **cultura de gestão** em saúde, segurança e educação pública
- Promoção da **transparência dos gastos e desempenho** dos principais serviços públicos